



Índice

- 01 Índios Tenharim presos em Lábrea não têm banho de sol por falta de segurança
- 02 Grupos armados rondam famílias Kaiowá da aldeia Kurussu Ambá, indígenas temem novos ataques
- 03 MG – Quilombolas de Caraíbas tentam reabrir estrada, são impedidos e recebem ameaças
- 04 Projeto para índios e comunidades tradicionais seleciona instituição
- 05 MT – Candidatos não abordam questão indígena, diz OPAN
- 06 Quilombolas encerram protesto e desocupam Estrada de Ferro Carajás
- 07 Pescadores(as) vão à Aparecida em luta por seu território
- 08 Técnicos avaliam usina no rio Tapajós como inviável
- 09 Índios conquistam autonomia com arrendamento e pedágio
- 10 'Político é como cobra grande: quer engolir todo mundo', diz líder yanomami
- 11 Comunidade quilombola do Recôncavo promove Festa da Ostra
- 12 A Saúde Indígena está em COMA!
- 13 MPF/MS: UFGD suspende vestibular para curso de Pedagogia na Aldeia Porto Lindo
- 14 No Pará, cerca de 6.300 indígenas devem participar das Eleições 2014
- 15 Índios fazem cerimônia de passagem da infância para adolescência no MA



-
- 16** [A cultura e os índios](#)
 - 17** [Exigindo direitos, indígenas e quilombolas ocupam o Incra em Porto Alegre](#)
 - 18** [Carta Aberta do Povo Tupinambá](#)
 - 19** [Suposto índio protesta tomando cerveja em Olivença](#)
 - 20** [Editora lança coleção infantil sobre universo indígena](#)
 - 21** [Indígenas ganham Curso de Árbitros da Federação de Mato Grosso do Sul](#)
 - 22** [Indígenas serão transportados de helicóptero para votar, em RO](#)
 - 23** [Jogos Mundiais Indígenas serão lançados oficialmente nesta segunda-feira](#)
 - 24** [Aumenta o risco a sobrevivência dos povos indígenas isolados na Amazônia Brasileira](#)
 - 25** [Tupinambá de Olivença realizam sua XIV Caminhada dos Mártires](#)
 - 26** [UFPA oferta mais de mil vagas em processos seletivos especiais](#)
 - 27** [AGU confirma procedimento para demarcação da Terra Indígena no RS](#)
 - 28** [I Seminário História e Culturas dos Povos Indígenas: Desafios para o Ensino da Temática Indígena](#)
 - 29** [Projeto para índios e comunidades tradicionais seleciona instituição até o dia 3](#)
 - 30** [Indígenas Gamela lutam por reconhecimento étnico e territorial](#)
 - 31** [Doze índios são diagnosticados com suspeitas de chikungunya no Amapá](#)
 - 32** [Indígenas do AM saem de aldeia para disputar o BR de Arco e Flecha no Rio](#)



Índios Tenharim presos em Lábrea não têm banho de sol por falta de segurança
SÍTIO RONDONOTÍCIAS, 27.09.2014

Acusados pela morte de três moradores da região de Humaitá, indígenas foram transferidos do presídio Urso Panda de Porto Velho para Lábrea



Os cinco indígenas tenharim acusados de matar três homens não-indígenas estão cumprindo a prisão preventiva sem direito a banho de sol na Delegacia de Lábrea, cidade que fica a aproximadamente 400 quilômetros da Terra Indígena Tenharim Marmelos, no sul do Amazonas. Segundo o novo advogado de defesa dos cinco índios, Adelar Cupsinski, do corpo jurídico do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), as visitas das famílias são limitadas a quinze minutos. Os indígenas estão presos em Lábrea desde o dia 4 de setembro,

Gilson Tenharim, Gilvan Tenharim, Valdinar Tenharim, Simeão Tenharim e Domiceno Tenharim foram transferidos pela justiça de Rondônia da cadeia pública de Porto Velho (RO), onde permaneciam presos desde 30 de janeiro, para a delegacia de Humaitá, no Amazonas, onde fica localizada a reserva tenharim.



Grupos armados rondam famílias Kaiowá da aldeia Kurussu Ambá, indígenas temem novos ataques

SÍTIO CEDEFES, 27.09.2014

Os cantos e rezas de um grupo de indígenas Kaiowá ainda eram entoadas em frente ao prédio da Justiça Federal de Ponta Porã-MS, durante o andamento de audiência referente ao assassinato da liderança Nísio Gomes da aldeia Guaiviry, quando no cair da tarde de ontem, dia 25 de setembro, correu a notícia de que grupos armados foram vistos rondando as imediações de uma pequena sede de fazenda, retomada por algumas famílias de Kaiowá no território de Kurussu Ambá, em Coronel Sapucaia-MS, a não mais que 160 km dali.

A notícia fez surtir entre os indígenas que acompanhavam a audiência, efeitos de aguda preocupação e dor como se os mesmos se deparassem novamente com o fantasma da morte de Nísio. Com a dor ainda latente pelo ataque desleal que tirou a vida de sua liderança em 2011 e conhecendo de maneira orgânica o poder e os danos da articulação dos fazendeiros da região, os indígenas puseram-se a orar também por Kurussu Ambá, para que não aconteçam mais mortes na terra indígena que tem o maior índice de violência direta contra o povo Guarani e Kaiowá no MS por parte de ações deliberadas pelos fazendeiros.

Na tarde de segunda feira, dia 22, cerca de 50 famílias indígenas retomaram uma pequena parte do território ancestral de Kurussu Ambá, território tradicional do povo Kaiowá que com a paralisação dos procedimentos demarcatórios por parte do Governo Federal manteve-se na mão de fazendeiros enquanto os indígenas encontram-se confinados desde 2009 a uma pequena extensão de mato que faz divisa com uma fazenda denominada de Auxiliadora. Os Kaiowá reivindicam espaço para plantar e melhorar minimamente sua condição de vida já que encontram-se em estado de extrema vulnerabilidade amplamente divulgada e de conhecimento público, onde a fome atinge constantemente proporções desumanas denunciadas sobretudo por organizações internacionais de direitos humanos.

Durante a retomada de alguns espaços de lavoura por parte dos indígenas, houveram problemas com um arrendatário local, que ao descumprir um acordo pactuado junto a Funai e os indígenas, adentrou espaço onde se encontravam as famílias Kaiowá pressionando-as. A partir deste momento os indígenas decidiram ocupar uma pequena sede de fazenda que se vizinha das áreas de plantio e estava ocupada pelo arrendatário.

Em resposta a busca dos indígenas pelos seus direitos fundamentais, fazendeiros locais e alguns grupos de pessoas externas, provavelmente "seguranças" contratados pelos fazendeiros, começaram a ser vistos pelos indígenas rondando a área e concentrando-se em grande número, trazidos por veículos que iam e vinham pelas estradas, para uma fazenda, que segundo informação dos indígenas fica a aproximadamente 1000 metros a frente da sede ocupada pelas famílias Kaiowá. Logo, o medo mais profundo dos indígenas se confirmou,

CONT.



quando os mesmos passaram a avistar ainda em plena luz do dia, que da fazenda, onde estão concentradas as pessoas que foram transportadas pelas caminhonetes, começaram a sair grupos visivelmente armados que passaram a realizar diversas movimentações no local.

Os Kaiowá, ainda no dia de ontem, estabeleceram contato com o Ministério Público Federal de Ponta Porã, cujo procurador encontrava-se presente na audiência referente ao caso de Nísio Gomes. De lá mesmo a Juíza Federal que acompanhava as oitivas concedeu autorização para que os destacamentos da Polícia Federal que se encontravam fazendo a segurança da audiência pudessem se deslocar ainda naquela mesma noite até Kurussu Ambá. Desde então não foi possível estabelecer novo contato com os indígenas para ter retorno do que ocorreu entre a noite de ontem e a manhã de hoje devido a dificuldade de comunicação existente na região.

Por estarem em uma área de fronteira com poucas possibilidades de comunicação, a situação de monitoramento por parte da Polícia Federal ou Força Nacional se faz emergencial e imediata.

A violência organizada e anti-indígena voltou a bater na porta de Kurussu Ambá dando indícios claros de que se nenhuma providência for tomada urgentemente pelos órgãos responsáveis ocorrerá mais uma de tantas tragédias anunciadas que tem assolado a vida dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul. Desde 2007, já foram mais de dez assassinatos durante processos anteriores de tentativa de retomada desta mesma terra tradicional. Nos mais relevantes, três lideranças foram executadas deliberadamente, inclusive Xurite Lopes, importante rezadora com mais de 70 anos.

Durante o ano passado, ficaram escancarados os bastidores de uma pesada e profunda articulação dos ruralistas para acabar na marra com os procedimentos demarcatórios, os direitos constitucionais dos povos originários e promover uma onda de extermínio físico a lideranças e comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul. O ápice desta organização criminosa se deu com a realização dos denominados "leilões da resistência", onde abertamente fazendeiros realizaram leilões de venda de gado para arrecadar fundos para articulação e armamento de milícias anti-indígenas.

Em outros casos, como o da liderança Nísio Gomes fica explícita a participação de empresas de segurança contratada pelos ruralistas na sua execução.

A história se repete sistematicamente e enquanto as demarcações seguem paralisadas. No caso de Kurussu Ambá, os indígenas estão entre duas espécies de mortes anunciadas. De um lado a violência direta dos fazendeiros, de outro, abdicar de seu direito a terra e a vida digna e retornar para a situação que vem causando a mortalidade de muitas de suas crianças e velhos.

O Cimi, contatado na noite de ontem por membros das famílias que se encontram em Kurussu Ambá reafirma sua solidariedade com os povos indígenas repudiando e denunciando as práticas de extermínio e genocídio realizadas abertamente contra o povo Guarani e Kaiowá. Os povos indígenas exigem que providências sejam tomadas imediatamente e os direitos das

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.

famílias que se encontram em Kurussu Ambá à vida digna e as mínimas condições humanas sejam garantidos. Caso contrário, o histórico recente de violência contra os povos indígenas no estado do Mato Grosso do Sul faz crer que estamos novamente frente a uma nova e drástica situação de assassinatos anunciados.

Fonte: Cimi Regional-MS

MG – Quilombolas de Caraíbas tentam reabrir estrada, são impedidos e recebem ameaças

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.09.2014

Clima ficou tenso após mutirão para reabrir estrada histórica, que foi fechada por fazendeiros há anos e faz falta no dia-a-dia das 30 famílias da comunidade



José Vítor Camilo, em O Tempo

As cerca de 30 famílias da comunidade quilombola pesqueira/vazanteira de Caraíbas, localizada na cidade de Pedras de Maria da Cruz, no Norte do Estado, estão amedrontadas desde o último domingo (21), quando tentaram reabrir uma estrada histórica que liga a comunidade à cidade e que foi fechada por fazendeiros da região há cerca de 10 anos. Desde que realizaram um mutirão para liberar o caminho, os moradores foram impedidos, tiveram todo o trabalho feito destruído por funcionários da fazenda e até mesmo receberam ameaças de morte.

O morador da comunidade e membro do movimento dos pescadores João Batista Antônio da Silva, de 40 anos, conta que a seca que vem castigando o Estado foi um dos principais motivos para a reabertura da estrada. "O nosso transporte estava sendo feito pelo rio São Francisco, mas com a seca está ficando complicado de buscar água, alimento e até mesmo mandar os meninos para a escola. A passagem pela estrada é muito mais prática, mas os fazendeiros fecharam com cerca e cresceu muito mato", explica.

Somente neste ano as crianças perderam mais de 60 dias letivos por conta de defeitos na lancha escolar que os levava para a cidade. "E na segunda-feira (22) ela não veio de novo.

CONT.



Com essas dificuldades para irmos até a cidade, nós nos reunimos e decidimos que iríamos reabrir a estrada. O mutirão tinha cerca de 100 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Mas enquanto estávamos no meio do trabalho chegou o gerente da fazenda acompanhado com seis policiais”, lembrou.

Segundo o relato do morador, os policiais chegaram apontando armas para eles e mandando que as ferramentas usadas no mutirão fossem colocadas no chão. “Falamos que a gente era da comunidade quilombola e que não estávamos invadindo terreno de ninguém, que a estrada tinha mais de 200 anos e que precisávamos dela. Mas ainda assim eles nos forçaram a passar os nomes para colocar no Boletim de Ocorrência (BO)”, denunciou Silva.

Na segunda-feira os quilombolas deram continuidade ao trabalho de reconstrução, entretanto, acabaram descobrindo que funcionários da fazenda já estavam destruindo o mata-burro construído por eles e desistiram do mutirão. “Foi então que na terça-feira (23) recebemos um recado passado para um pescador, que foi na casa do meu pai e disse para ficarmos atentos, pois duas pessoas da comunidade estariam marcadas para morrer. Desde então estamos com medo de sair daqui até mesmo para fazer o BO de ameaça, pois podemos sofrer uma emboscada dos funcionários da fazenda no caminho pela estrada”, acusou.

Procurado, o sargento Farley Azevedo, comandante da Polícia Militar (PM) da cidade, disse que foram acionados pelo fazendeiro que alegou que algumas pessoas estavam invadindo a terra dele. “Diante disso comparecemos ao local para verificar se realmente se tratava de invasão. Foi aí que fomos informados pelos quilombolas que era a questão da estrada e, como não haviam barracas, mas sim apenas ferramentas, não tinha como configurar como invasão”, disse o militar.

Apesar disso, como os moradores arrancaram algumas árvores que cresciam na estrada, a PM fez um BO dos crimes ambientais cometidos durante a reconstrução da estrada. “A PM não tem como provar se a terra é do fazendeiro ou não, a gente fez o BO e a Justiça com certeza vai marcar alguma audiência para tratar do assunto. Mas enquanto isso queremos manter o diálogo com a comunidade. Se eles foram ameaçados, podem entrar em contato com a gente para fazer a ocorrência”, garantiu o comandante.

Pastoral

Desde que recebeu a denúncia da atuação da PM no domingo, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) vem acompanhando o caso. Segundo o órgão, a estrada fica no território da União, apesar dos fazendeiros terem colocado cercas e considerarem como território deles. “O medo da nossa comunidade é que este conflito por uma coisa que é nosso direito termine em tragédia e os responsáveis não sejam responsabilizados, como aconteceu no massacre de Felisburgo”, defendeu Silva.

A irmã Neusa Francisca do Nascimento, de 46 anos, é membro do CPP e esteve na comunidade nesta quinta-feira (25). “Eles continuam na mesma, com medo. O povo da fazenda destruiu tudo que o mutirão fez e eles continuam com dificuldade para transitar para a cidade. A água

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.

do São Francisco não é boa para consumo humano nem em época de cheia e eles não tem como buscar água na cidade do jeito que está”, falou.

Os pescadores de Caraíbas também estão passando por dificuldades para trazer dinheiro para suas famílias. “Quando conseguem pegar é em média 5 kg, que conseguem vender por R\$ 45. O problema é que do jeito que está eles precisam gastar R\$ 30 para chegar até a cidade e vendê-lo lucrando muito pouco. Essa estrada é de extrema importância para a sobrevivência dessa comunidade histórica”, defendeu a irmã.

Ainda segundo a CPP, aconteceu na manhã desta sexta-feira (26) uma reunião emergencial na Procuradoria Federal de Montes Claros, também no Norte do Estado, para tratar sobre o conflito entre a comunidade de Caraíbas e o fazendeiro. O órgão foi procurado, porém, até o momento não se manifestou sobre o que ficou decidido durante o encontro.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Projeto para índios e comunidades tradicionais seleciona instituição

SÍTIO JORNAL BRASIL, 27.09.2014

O processo de seleção da agência executora nacional, que irá gerir o projeto Mecanismo de Doação Dedicada para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Brasil (DGM-Brasil), ganhou novo prazo. As instituições interessadas podem enviar as propostas até 3 de outubro para o e-mail brasildgm@gmail.com.

O DGM-Brasil, desenvolvido pelo Programa de Investimentos Florestais (FIP), tem como objetivo financiar ações visando reduzir os processos de desmatamento e degradação florestal em países tropicais. O projeto está sendo estabelecido para apoiar a participação dos povos indígenas e comunidades locais no desenvolvimento das estratégias de investimento, programas e projetos do FIP, além de promover modos de vida sustentáveis e adaptativos.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é parceiro do Banco Mundial nesta iniciativa, juntamente com a Fundação Nacional do Índio (Funai). A instituição selecionada atuará como secretariado do Comitê Gestor do Projeto.

A proposta da instituição interessada deve conter descrição das atividades já realizadas, apresentação da metodologia de trabalho e a lista e currículos de profissionais por área de especialização. A comissão de avaliação analisará as propostas recebidas dentro do prazo com base na adequação aos termos de referência.

A instituição que tiver maior pontuação, entre os critérios de experiência, metodologia de trabalho, qualificações e competências da equipe, será convidada para as negociações e apresentação de proposta financeira. O Banco Mundial assinará um acordo de doação com a instituição selecionada.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente



MT – Candidatos não abordam questão indígena, diz OPAN

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.09.2014

Conforme TRE, cerca de 10 mil deles estão aptos a votar

Mídia News

Mais uma eleição está em curso e a questão indígena volta a ser tratada superficialmente nesta campanha eleitoral, que iniciou oficialmente dia 5 de julho e termina no próximo 5 de outubro, com o pleito, podendo se estender caso haja segundo turno.

Os indígenas são eleitores como quaisquer cidadãos brasileiros. Conforme o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Mato Grosso, nessas eleições cerca de 10 mil deles estão aptos a votar. Urnas eletrônicas serão levadas a algumas aldeias de barco e avião. Há inclusive aldeias entre as 122 localidades de mais difícil acesso de acordo com levantamento feito pelo TRE-MT e que exigem uma logística especial.

Algumas etnias preferem votar nas cidades, porque são poucos eleitores na aldeia e, na contagem dos votos, ficaria claro a preferência eleitoral. É o caso dos Enawene Nawe que rejeitaram a entrada de urnas na única aldeia da etnia, Halataikwa, e vão votar em Juína. O território deles abrange três municípios: Juína, Comodoro e Sapezal. A aldeia fica em Comodoro, mas é mais próxima de Juína, daí a escolha por essa sessão eleitoral.

Na visão da Fundação Nacional do Índio (Funai), essa força tarefa para garantir que todos os indígenas votem faz parte da democracia. "Indígenas são brasileiros como qualquer um de nós. Então esse esforço deve ser feito", defendeu o coordenador regional da Funai em Cuiabá, Benedito César Garcia Araújo. Segundo ele, "os que moram na aldeia e têm pouco contato com a cidade não ligam muito para esse momento eleitoral, mas a maioria faz questão de votar".

Os eleitores de Mato Grosso que quiserem votar em um candidato indígena só terão três possibilidades. Um deles é o caiapó Matudjo Metuktire, 35 anos, nascido no Parque Indígena do Xingu. Ele quer ser deputado estadual, pelo PROS, para "priorizar o direito dos mais de 40 mil 'parentes' de diversas etnias que vivem no Estado", com destaque para saúde e educação.

Outras candidatas que se declararam indígenas no quesito raça/cor junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são Eliane Silva Ribeiro, 33, natural de Cuiabá, do PRP, que também quer ser deputada estadual, e Josefina Almeida, de Várzea Grande, que saiu para federal, pelo PSDB.

O coordenador da Operação Amazônia Nativa (OPAN), Ivar Busatto, entende que o problema nem é somente ter baixa representação indígena, mas o fato dos candidatos de modo geral não abraçarem a causa.

CONT.



“De um lado o Estado monta todo um aparato, reconhecendo os indígenas como cidadãos e eleitores. Por outro lado, os candidatos ao governo de Mato Grosso, ainda que abordem o assunto em seus planos de governo, estão longe de tratar a questão indígena na complexidade que ela exige, tomando-os como cidadãos efetivamente. Além disso, é notório que não existe um diálogo e uma aproximação real entre os políticos e os povos que vivem nas aldeias de Mato Grosso”, destaca Busatto.

Este é o cenário em um estado onde vivem mais de 35 mil indígenas, de 42 etnias, em 13 milhões de hectares demarcados.

Na opinião do coordenador da OPAN, Ivar Busatto, essa não é e nem nunca foi uma questão central nas eleições em Mato Grosso. “Este é um assunto muito espinhoso para os candidatos assumirem”, destaca.

Para abrir um diálogo franco sobre a questão indígena, os candidatos teriam que tratar por exemplo da regularização de terras indígenas, apresentando soluções que superem esse cenário de conflitos. Outra questão de difícil abordagem são os efeitos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sobre os territórios tradicionais.

Saúde e educação são outros dois temas de suma importância para os indígenas que os candidatos não tratam com clareza. Para citar um exemplo, os indígenas estão tendo a cada dia mais doenças geradas pela pressão externa exercida em suas terras e que se expressa nas taxas de mortalidade infantil e doenças crônicas.

Quanto à educação, há uma forte tendência em incentivar a juventude a sair para as cidades e frequentar escolas de primeiro e segundo graus e universidades, com a intenção de retornar e contribuir na resolução dos problemas vivenciados nas aldeias. Há ainda outras discussões sobre o modelo de educação indígena que traz em si uma enorme diversidade que deve ser ouvida e respeitada para a implementação de políticas públicas.

Em algumas localidades de Mato Grosso, a aversão aos indígenas e o ódio racial é uma realidade que gera não só mal estar na convivência rotineira entre as pessoas como também abre possibilidade de crimes violentos. Os indígenas aparecem no topo da lista das pessoas ameaçadas de morte em Mato Grosso, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Para a coordenadora do Programa de Direitos Indígenas da OPAN, Andrea Jakubaszko, o fato da questão indígena não aparecer com a sua devida atenção na pauta dos candidatos, reflete um percurso histórico da sociedade brasileira que só tardiamente, no fim do século 20, reconhece direitos a essas populações originárias. “O Brasil desconhece a realidade indígena e os políticos se esquecem que as propostas para o país não devem prescindir dos indígenas, quilombolas e sociedades tradicionais seculares que devem também continuar tendo direito ao futuro”.

A OPAN, como entidade indigenista, pioneira na defesa dos direitos indígenas, destaca que alertar para a importância da garantia das terras indígenas e a diversidade cultural dessas áreas é também defender o patrimônio sociocultural e ambiental do país e da humanidade.

CONT.



O que prometem os três candidatos com mais intenções de voto:

Pedro Taques (PDT) – Chapa “Atitude e Coragem para Mudar” (12)

O candidato reconhece, no plano de governo, que a política ambiental – e a questão indígena estaria embutida nela – deve ser transversal às demais políticas de desenvolvimento e que “Mato Grosso, apesar de possuir rica biodiversidade, expressa em seus três grandes biomas (Floresta Amazônica, Cerrado e Pantanal) e nas três bacias hidrográficas (Amazônica, Platina e Araguaia-Tocantins), necessita de estratégias de uso racional de tais recursos e a implantação de modelo de desenvolvimento que assegure sua perenidade para as próximas gerações, o que contempla os pressupostos do desenvolvimento sustentável”. Para dar conta disso, propõe o fortalecimento da SEMA e da fiscalização contra crimes ambientais. E também diz apoiar o fortalecimento do controle social na gestão da política ambiental em MT. Fala em combater problemas socioambientais (desmatamento ilegal, incêndios, pesca e caça predatórias) mediante iniciativas preventivas, orientadoras, fiscalizadoras e repressivas. Sobre a questão da regularização fundiária, propõe melhor articulação entre os demais órgãos responsáveis pelo assunto, entre eles a Fundação Nacional do Índio (Funai), porque, conforme o programa de Taques, “a atuação desses órgãos tem sido desarticulada e tem propiciado e referendado grande parte dos conflitos agrários no estado”.

Lúdio Cabral (PT) – Chapa “Amor a nossa Terra” (13)

O candidato reconhece, no plano de governo, a diversidade sociocultural representada pelas 44 etnias indígenas que falam mais de 30 idiomas. Propõe o respeito à proteção do patrimônio natural das terras indígenas implementando mecanismos de fiscalização e combate ao desmatamento no entorno das mesmas. Propõe também o incentivo aos municípios para que apliquem criteriosamente, por meio de leis orgânicas municipais, parte do ICMS Ecológico na conservação do patrimônio natural das terras indígenas e na defesa de seus territórios, contribuindo também com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI) e com a Política Nacional de Mudanças Climáticas. Adverte para a necessidade de aprimorar a vigilância sanitária em áreas endêmicas, sobretudo em terras indígenas e regiões vulneráveis à incidência de hantavirose, malária, leishmaniose. Reconhece a importância para os indígenas de terem acesso a formação em nível superior de profissionais em diferentes áreas de atuação.

Janete Riva (PSD) – Chapa “Viva Mato Grosso” (55)

A candidata promete criar um comitê de acompanhamento das questões indígenas. Segundo a Assessoria de Imprensa dela, a estrutura servirá para a promoção e a proteção dos direitos dos povos indígenas de Mato Grosso. O comitê terá a participação de representantes indígenas, entidades e especialistas no tema, entre outros.

Quilombolas encerram protesto e desocupam Estrada de Ferro Carajás

SÍTIO CÉLIA FONTINELE , 27.09.2014



Quilombolas continuam ocupando a Estrada de Ferro Carajás
(Foto: Reprodução/ TV Mirante)

Manifestantes quilombolas que protestavam bloqueando o Km 80 da Estrada de Ferro Carajás (EFC), próximo ao povoado Santa Helena, desocuparam o local, na tarde deste sábado (27). O protesto acontecia pela posse definitiva das terras da região.

A ocupação acontece desde terça-feira (23), quando, aproximadamente, 300 quilombolas bloquearam a estrada de ferro e chegaram a se amarrar nos trilhos. Por conta da manifestação, as operações de trens de carga e passageiros estão paradas no local. Segundo a mineradora

Vale, após o fim do protesto, o Trem de Passageiros retomará as viagens de São Luís à Paraupabas, no Pará, a partir desta segunda-feira (29).

saiba mais

Nessa quinta (25), juíza da 2ª Comarca de Itapecuru-Mirim, Edeuly Maia Silva, deferiu uma liminar favorável à Vale, que ajuizou ação de reintegração de posse contra os líderes da manifestação. No documento, a magistrada explica que a invasão interrompe o fluxo de transportes e impede a empresa, que detém a exploração da EFC cedida pela União, de cumprir seus compromissos comerciais.

Veja a nota da mineradora na íntegra:

A Vale informa que neste sábado, 27/9, às 15h, o Km 80 da Estrada de Ferro Carajas (EFC) foi liberado por manifestantes. Com isso, as operações do trem de carga da EFC estão normalizadas.

Na segunda-feira, 29/9, o Trem de Passageiros retoma as viagens partindo da Estação Ferroviária de São Luís com destino a Parauapebas (PA).

A EFC esteve paralisada desde a última terça-feira, quando manifestantes bloquearam o Km 80 da ferrovia, localizado no município de Itapecuru-Mirim, próximo ao povoado de Monge Belo.

Fonte: G1/MA

Pescadores(as) vão à Aparecida em luta por seu território

SÍTIO MUNICIPIOS BAIANOS, 27.09.2014



No ano de 1717, nas margens do Rio Paraíba do Sul, na época município de Guaratinguetá/SP, três pescadores colheram em suas redes a imagem daquela que simboliza a fé de muitos brasileiros e brasileiras. Quase 300 anos depois de sua aparição, Nossa Senhora Aparecida mobiliza fiéis de todo país para celebrar seu nome, consagrado na data 12 de outubro. A cidade de Aparecida, como hoje é conhecida, recebe por ano cerca de 12 milhões de pessoas nesse período.

Motivados pela descoberta de seus antepassados, caravanas de pescadores e pescadoras de várias partes do Brasil partirão no dia 8 de outubro rumo à cidade da padroeira levando a proposta da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. As comitivas, que estão sendo mobilizadas pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), ficarão em terras santas até o dia 12. Serão quatro dias de intenso trabalho em busca de assinaturas que possam ser somadas à meta de 1% de apoio da população para que o projeto de lei que propõe a proteção do território pesqueiro seja encaminhado ao Congresso Nacional.

“Esse é um momento único para a nossa causa, serão milhares de pessoas movidas pela fé em Nossa Senhora Aparecida reunidas, e vamos sensibilizá-las para o fato de que estão destruindo aquilo que simboliza nossa vida, estão tirando nossas terras, nossas águas...nosso território”, comenta uma pescadora artesanal e integrante do MPP.

Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras

A Campanha pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras é uma iniciativa do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e de inúmeras entidades

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.

de apoio. Ela propõe o projeto de lei que visa garantir instrumentos legais para a preservação do território pesqueiro e para efetivação dos direitos dos pescadores e pescadoras artesanais do Brasil. A campanha se movimenta para arrecadar a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro (1.406.000) para que a proposta seja encaminhada ao congresso nacional.

Fonte: CombateRacismoAmbiental



Técnicos avaliam usina no rio Tapajós como inviável

SÍTIO QUESTÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 28.09.2014

A nova versão do Estudo do Componente Indígena (ECI) incluído no projeto da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no Pará, aponta 14 impactos negativos à população indígena que vive na região que será afetada pela usina, sendo que seis deles são considerados irreversíveis por técnicos do governo que tiveram acesso ao material. Além disso, o estudo de 309 páginas elaborado sob a coordenação da Eletrobras, ao qual o GLOBO teve acesso, indica que terras indígenas serão diretamente afetadas com o alagamento por consequência da barragem, o que tornaria o empreendimento inviável do ponto de vista ambiental, segundo esses técnicos.

A primeira versão do ECI apresentada à Funai, com apenas 121 páginas, foi recusada pela entidade indigenista porque "não respondia a questões primárias". Um novo estudo foi elaborado, portanto, e entregue ao Ibama no dia 9 de setembro e, três dias depois, remetido à Funai, que deve apresentar uma análise preliminar desse material em breve. Procurada, a Funai informou que só irá se manifestar após a conclusão dessa avaliação preliminar.

Entre os impactos diretos aos índios apontados pelo estudo como de "alta magnitude" estão a perda de recursos alimentares, como caça e pesca, e possibilidade de aumento da incidência de doenças nas terras indígenas. Os dados prevêem, ainda, aumento do fluxo migratório com interferência direta nas etnias e maior pressão sobre a extração de recursos naturais. No total, são seis as áreas indígenas que sofrerão impactos da obra e da operação da usina. A principal etnia afetada é a dos mundurukus.

O estudo do componente indígena aponta a necessidade de remoção de 85 a 200 pessoas de apenas uma área indígena chamada de Boa Fé, que sofrerá com os alagamentos. O levantamento justifica essa imprecisão alegando a "transitoriedade dos indígenas". Na avaliação de técnicos, esses pontos indicam que o reservatório da usina de São Luiz do Tapajós claramente está dentro das reservas indígenas, o que seria inconstitucional segundo o artigo 231, parágrafo 5º da Constituição Federal.

Esse parágrafo prevê que "é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, 'ad referendum' (com aval) do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco". A construção da hidrelétrica, portanto, não está incluída nessas previsões.

Especialistas que tiveram acesso ao ECI também apontam que os índios afetados teriam sido ouvidos apenas fora das terras indígenas. O ECI informa que "as manifestações diretas dos mundurukus foram coletadas junto a indivíduos e lideranças da etnia que se propuseram a conversar e participar de entrevistas informais fora de suas terras e em locais sempre determinados por eles". O texto ainda reconhece "restrições de acesso as áreas indígenas".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.

Procurada, a Eletrobras informou que, enquanto coordenadora do Grupo de Estudos Tapajós, concluiu e encaminhou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) ao Ibama seguindo as orientações do órgão ambiental. "No momento, o documento e seus anexos estão em análise pelas instituições participantes do licenciamento e, por isso, a Eletrobras não vai se manifestar sobre a documentação em análise."

O leilão da usina de São Luiz do Tapajós foi previsto para 15 de dezembro em portaria do Ministério de Minas e Energia do dia 12 de setembro, mas foi revogado na semana seguinte, exatamente para aperfeiçoamento dos estudos de impacto sobre as etnias indígenas. A usina seria a maior a ser leiloada no governo Dilma Rousseff, com previsão de orçamento de R\$ 30,6 bilhões.

Na quarta-feira, em evento em Brasília, o diretor de geração da Eletrobras, Valter Luiz Cardeal, que está à frente dos estudos perante o Ibama, previu para o início de 2015 o leilão da usina de São Luiz do Tapajós.

Porém, um executivo de uma das nove empresas que fazem parte do Grupo de Estudos do Tapajós reconhece que as discussões socioambientais em torno do empreendimento devem ser feitas com cuidado, para evitar uma oposição mais forte de ambientalistas e das populações afetadas, como ocorreu em Belo Monte.

- O leilão só deve acontecer quando todos os estudos necessários estiverem prontos e aprovados – disse esse executivo.

Fonte: Extra



Índios conquistam autonomia com arrendamento e pedágio

SÍTIO GAZETA DIGITAL, 28.09.2014

Débora Siqueira, redação A Gazeta

Por meio do arrendamento de parte de suas terras e a cobrança do pedágio de uma estrada que corta a terra indígena, os índios Paresi, que tem área de aproximadamente 1,5 milhão de hectares em torno dos municípios de Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Nova Lacerda, Conquista D'Oeste e Sapezal, podem ser considerados uma espécie de "elite" entre os índios de Mato Grosso por terem um escape ao mau atendimento da saúde indígena.

Com os recursos arrecadados pela Associação Halatinã, eles conseguem driblar a precariedade do Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento aos índios e a falta de medicamentos nos postos de saúde dentro da aldeia.

A ideia de ter uma autonomia financeira e o uso racional da terra indígena para uma sobrevivência independente das ações do governo federal foi pensada há muito tempo pelo cacique João Arrezomae, chefe das 30 aldeias do território. A rodovia MT-235 que liga Campo Novo do Parecis a Sapezal foi batizada com o nome desta liderança.

Quando os índios permitiram que a rodovia passasse em meio à terra, resolveram fazer como os não-índios e tiraram proveito. Os recursos cobrados de R\$ 20 para carros pequenos, R\$ 30 para caminhões e R\$ 50 para bitrens permitem que a etnia, que tem cerca de 2 mil índios, tenha sempre acesso à saúde.

Representantes das aldeias se revezam para a cobrança do pedágio. O posto funciona 24 horas e a medida foi tomada para não sobrecarregar nenhuma aldeia.

O cacique Carlito Okenazokië diz que por mês são gastos cerca de R\$ 5 mil em medicamentos em Tangará da Serra e outros R\$ 2 mil em Campo Novo do Parecis para atendimento dos indígenas. "Da baixa à alta complexidade o serviço esta muito ruim.

Sempre se fala que a educação e a saúde indígena têm que ser diferenciadas, mas isso não acontece para nós e por isso a associação banca a compra de medicamentos e a ajuda na educação dos índios que terminam ensino médio e vão para a faculdade. A associação paga consulta especializada, cirurgia e até leito de UTI".

Quando o medicamento é manipulado, é ainda mais caro para os indígenas. A associação pagou mais de R\$ 1 mil apenas em medicação para um índio. "Remédio de alto custo é de responsabilidade do Estado, então a gente tá pagando. Eles tinham que dar o remédio gratuito, é direito nosso".

CONT.



LAVOURA DE SOJA - Cerca de 1% do território dos Paresi é utilizado para o plantio de soja e milho. Eles mesmos trabalham na lavoura e operam os maquinários e por meio de parceria com os não-índios conseguem os insumos e a receita líquida da produção é rateada entre a associação dos índios e os fazendeiros.

Se por um lado o lucro permitiu a construção de casas de alvenaria e madeira dentro das aldeias, embora muitos ainda mantenham o hábito de dormir em redes dentro das ocas, há aqueles que vislumbram que no futuro pode resultar em problemas para a comunidade.

O líder dos Paresi João Arrezomae se preocupa com o aumento da área plantada dentro da terra indígena e o aumento da população da etnia. "Sou contra a lavoura.

Não é toda comunidade que ganha, mas só aquela aldeia que planta. Paresi esta aumentando e daqui um tempo não vai ter onde morar. Eram três aldeias e agora 60. Preocupo com a próxima geração".

FALTA DE RECURSOS - Grande parte dos indígenas de Mato Grosso não teve a mesma oportunidade que os Paresi tiveram para driblar a falta de recursos da saúde indígena para atender a demanda necessária. Um dos casos é dos índios Umutinas, de Barra do Bugres. Lá, eles ainda esperam um veículo para a aldeia Julaparé e o automóvel vai servir para atender todas as pessoas que habitam na ilha da terra indígena cercada pelos rios dos Bugres e Paraguai.

"Nossa saúde é atendida pelo Sesai e não atende da forma que precisa, o recurso que chega à aldeia é muito pouco. De 15 em 15 dias tem médico, mas muitas vezes faltam medicamentos. A gente precisa mudar essa burocracia, aumento no repasse de recursos que a gente pudesse ter acesso mais fácil para equipar melhor posto de saúde, veículo para transportar pacientes. Quando precisa o carro tem que vir de Cuiabá", explicou o índio umutina Osvaldo Corezomaé Monzilan.

Neste ano, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com ação contra a União para garantir medicamentos e melhor estrutura no posto de saúde na aldeia Halataikwa, da etnia Enawenê Nawê.

No ano passado houve surto de conjuntivite, pneumonia e diarreia e eles chegaram a bloquear a MT-170 para angariar recursos para compra de medicamentos. Em 2012, também foram registrados surtos de diarreia, febre e vômitos em 131 indígenas da etnia.

TERCEIRIZAÇÃO - O governo federal agora discute a implantação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi), contudo, entidades como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) veem a proposta como a privatização da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), hoje responsável pela atenção à saúde dos povos indígenas.

Em carta, os índios xavantes de Marãiwatsédé se mostraram contrários à proposta assim como 15 organizações indígenas e indigenista. "Não queremos que a saúde se torne terceirizada. Nós queremos reafirmar que os nossos parentes já disseram, a saúde indígena não pode sair da responsabilidade do governo federal".

'Político é como cobra grande: quer engolir todo mundo', diz líder yanomami
SÍTIO BBC BRASIL, 28.09.2014



Davi Yanomami, em foto de arquivo: mineração é um dos maiores riscos ao seu povo

Davi Kopenawa Yanomami está preocupado.

"É costume do branco: ele não tem limite para parar", diz, coroa nas cores preta, amarela e vermelha cuidadosamente ajeitada na cabeça. "Proteção do pajé", explica.

Há mais de 30 anos, Davi viaja pelo mundo em defesa do seu povo. Recebeu o apelido de "Dalai Lama da Floresta Tropical" e foi chave para o reconhecimento oficial da área yanomami na Amazônia em 1992, depois de quase dez anos de luta. O território é duas vezes maior que a Suíça.

Mas nem isso parece lhe dar garantia de que seu povo está seguro. Prova é a desconfiança com que fala de políticos: "É como cobra grande: ela quer engolir todo mundo".

"Os políticos estão querendo acabar com as leis que garantem e que protegem (os índios). Vai piorar", disse em entrevista à BBC em Londres na terça-feira.

"Os políticos nacionais não querem saber de proteger a natureza. Eles querem usar o subsolo. Tem o político pequeno, fraco, que não tem dinheiro. Esses querem proteger. Os grandes não".

Davi vê com receio a possibilidade de que uma lei que regule a mineração em terras indígenas seja aprovada no Congresso. A discussão se arrasta há quase duas décadas, mas não deixa de ser vista por ele como a principal ameaça aos yanomami.

"O maior perigo que estamos vendo é a mineração", diz. "Homem branco olha o brilho da terra. Eles querem arrancar a riqueza".

CONT.

Perigo dourado

Segundo a organização Survival International, que trabalha com Davi desde os anos 1980, há mais pedidos de mineradoras para explorar o território yanomami do que em qualquer outra área indígena no país. O grupo diz que são 650 requerimentos, que cobrem metade da reserva.

"Ele (o homem branco) faz uma procura de riqueza na terra, cava no buraco, derrubando as árvores e devastando a floresta. Então, para nós, isso é muito perigoso", diz Davi.

"O homem que tem bastante dinheiro, ele quer mais. Homem rico com a mão cheia de dinheiro, ele quer destruir mais. Assim (ele) continua".



Segundo a Survival, há mais pedidos para explorar o território yanomami do que qualquer outra área indígena

Em fevereiro, autoridades lançaram uma operação para retirar garimpeiros ilegais de terras yanomami. Cerca de mil deles atuam na área, disse a Survival.

Vieram, então, as tentativas de coagi-lo. Em julho, Davi pediu proteção policial devido a ameaças de morte que teriam sido feitas por homens armados contratados por garimpeiros ilegais, de acordo com a Survival.

Segundo ele, sua associação – a Hutukara – recebeu uma mensagem de que ele não estaria vivo até o final do ano.

'Destruição nos cerca'

Davi nasceu ao redor de 1955 – a data é incerta. É xamã e porta-voz dos yanomami, que vivem isolados na Amazônia, perto da fronteira com a Venezuela. São cerca de 19 mil deles no Brasil.

Aprendeu português já adulto e tornou-se voz respeitada em todo o mundo na defesa indígena. Seu nome é provavelmente mais conhecido fora do Brasil do que dentro dele. Sua palestra na semana passada em Londres teve todos os convites esgotados.

O livro dele, *A Queda do Céu*, ditado em língua yanomami e que ainda será publicado em português, recebeu boas críticas. A obra revela sua história pessoal, a do seu povo e suas visões sobre o "homem branco".

CONT.



E são eles que, mais uma vez, preocupam Davi. Ainda pequeno, sua mãe escondeu-o sob um cesto quando homens de fora visitaram seu vilarejo pela primeira vez. Tinha quatro anos. "Ela pensou que eles iriam me levar."

Do contato intensificado com homens brancos, nos anos 1950 e 1960, vieram as doenças que praticamente eliminaram os yanomami. Viu a morte de seus pais. Na década de 1980, milhares de garimpeiros invadiram a área dos índios, e 20% dos nativos morreram vítimas de doenças, segundo a Survival.

Davi diz que não morreu por ser "protegido pelo pajé".

Em 1989, recebeu prêmio da ONU pela defesa do seu povo e passou a viajar o mundo. Descreve sua reserva vista da janela do avião: "Verde, verde, limpa, bonita, sem poluição, os pássaros voando, o vento. É muito bonita e eu quero que as pessoas a deixem".

Se agora ele já está acostumado com grandes cidades, nem sempre foi assim. "Barulho, trens, carros, pessoas" chamaram atenção de Davi em suas primeiras viagens. "E elevadores", diz.

O garimpo deixou de ser uma grande ameaça aos yanomami. O risco, agora, vem de doenças, como as sexualmente transmissíveis, e a construção de estradas e hidrelétricas que possam atingir povos indígenas.

"(Isso é) para melhorar para vocês, para ficar todo tempo iluminado sem parar. É bom para vocês. Para nós, não é bom. Isso é uma destruição que está 'cercando nós'".



Os yanomami vivem numa reserva na Amazônia cuja área é duas vezes maior que a Suíça



Comunidade quilombola do Recôncavo promove Festa da Ostra

SÍTIO CEDEFES, 28.09.2014

Neste fim de semana, a tradicional maniçoba ganha concorrentes de peso entre as opções gastronômicas de quem visita a região de Cachoeira.

Não muito longe dali, acontece a sexta edição da Festa da Ostra, que deve reunir aproximadamente duas mil pessoas na comunidade quilombola do Kaonge.

Quem faz a estimativa de público é Ananias Viana, coordenador do Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape, responsável pela realização do evento desde 2009.

É ele também quem nos conta como tudo começou. "Já havia um projeto comunitário de cultivo de ostras desde 2004, mas tínhamos dificuldade para comercializar. A festa surgiu da necessidade de dar visibilidade ao nosso produto para escoar a produção", lembra.

700 dúzias

Para dar conta dessa tarefa, oito cozinheiras da comunidade se juntam aos seus ajudantes para preparar 700 dúzias de ostra para degustação.

As versões crua e assada são distribuídas aos visitantes gratuitamente. Mas a vedete da festa surge em receitas mais elaboradas, que são vendidas em barracas por um preço camarada: R\$ 10.

"Estamos pedindo essa colaboração para ajudar a manter o próprio evento, que é um projeto verdadeiramente sustentável", explica Viana.

Entre os pratos que costumam fazer sucesso entre os amantes da comida baiana está o caruru, típico desta época do ano, em que se oferece a iguaria a Cosme e Damião. "Na época dos nossos ancestrais não se tinha acesso a frango. Era caruru com ostra mesmo", ensina o coordenador do Cecvi.

Também fazem parte do cardápio as moquecas incrementadas com chuchu, mamão verde, quiabo ou repolho, além de salada e ostra frita.

Programação variada

Mas nem só de degustação vive a Festa da Ostra. O evento se divide em dois dias de programação diversificada, que começa às 5h da manhã de sábado, com uma alvorada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.

Depois, samba de roda, oficinas, recreação infantil e performances de teatro popular também entram no cardápio.

Fonte: <http://atarde.uol.com.br>



A Saúde Indígena está em COMA!

SÍTIO CEDEFES, 28.09.2014

A proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), elaborada por técnicos do Ministério do Planejamento com a participação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão do Ministério da Saúde, reforça as mais de duas décadas de incompetência, má gestão e sucateamento da saúde indígena no Brasil. O descontrole social, sobretudo, faz com a legislação para o setor, criada no final da década de 1980 e longe de ter sido efetivada, seja mais uma vez desconsiderada com a ideia de uma paraestatal para promover a saúde indígena. Na foto, obra de saneamento às margens do rio Purus (AC): fossas e banheiros de ferro e concreto na umidade amazônica, sem dialogar com a cultura dos povos que ali vivem.

“Mesmo com toda a dificuldade e problemas, o Ministério da Saúde poderia pelo menos ter estruturado os DSEI’s (Distritos Especiais de Saúde Indígena), ou solicitado o concurso para o setor. Evidente que sem profissionais qualificados nos distritos não há como seguir a lei de licitações ou usar justificativas de que as regras da administração pública não se aplicam a realidade indígena”, destaca fonte do governo federal consultada pelo Cimi.

O concurso seria um mecanismo de qualificar o setor, diz a fonte. “Simplesmente não há interesse em fazer concurso público, pois é mais vantajoso sucatear o setor e terceirizar os serviços. Qual a justificativa para não se fazer concurso para essas áreas? Contratar ou não um pregoeiro, um administrador para atuar na sede destes distritos não implica em questões culturais indígenas ou em qualquer outra justificativa vazia que o governo use”.

Nas aldeias a situação estoura em mortes prematuras, muitas vezes por doenças de fácil tratamento. Além de não ter a assistência devida nos distritos, os agentes sanitários e de saúde indígenas, via de regra, não são submetidos ao processo de capacitação e tampouco a medicina tradicional é absorvida pelo sistema diferenciado de saúde indígena. Para enfermidades que tipicamente os povos chamam de “doença do branco”, e na maioria das vezes não conseguem a cura por tratamento próprio, os agentes não possuem medicamentos.

Enterrados no barranco

Entre janeiro e novembro de 2013, conforme dados da Sesai apresentados pelo Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas, do Cimi, 693 crianças indígenas de 0 a 5 anos morreram no país. A cada 100 indígenas mortos, 40 são crianças.

Diarreia e vômito, moléstias que matam dezenas de crianças, são no geral causadas pela falta de saneamento básico. Sobretudo em aldeias forçadas, pelo processo colonizador, a se deslocar do interior da floresta para as margens dos rios. Na frente de uma cova rasa onde foi enterrada uma criança de seu povo, às margens do Rio Envira, no Acre, Warenco Ashaninka

CONT.



comenta a situação: "Nem sempre tem água boa. O rio enche também e toma as cacimbas. Então as crianças ficam com diarreia, vômito, febre".

O indígena explica que o jeito é levar o enfermo para posto da Sesai, no caso do Envira localizado no município de Feijó. Das aldeias do povo Ashaninka da parte alta do rio, já perto da fronteira com o Peru, a viagem de barco pode durar de cinco a oito dias indo de bubaia, ou seja, apenas com a força da correnteza. O trajeto é cumprido debaixo do sol quente ou das tempestades comuns ao bioma amazônico. No caso dos doentes mais vulneráveis e graves, o percurso torna-se a sentença de morte.

"Meu pai morreu assim. Depois para subir de volta à aldeia leva mais tempo, porque é contra a correnteza. Corpo começou a cheirar mal. Tivemos que enterrar num barranco. Isso me dói muito, porque meu pai não é cachorro. Depois o rio engoliu o barranco e levou o corpo do meu pai. Isso dói, viu", conta Txate Ashaninka. Em algumas ocasiões, os ashaninka relatam que tiveram de enterrar em "barranco do branco" e sofreram represálias, além do túmulo improvisado acabar violado.

O DSEI local não possui embarcação rápida, as chamadas voadeiras, para atender as emergências. Muito menos uma base avançada no Envira. Quando faz a visita periódica às comunidades, composta ainda pelos madja e huni kui, a equipe de saúde precisa alugar um batelão, embarcação de maior porte e que possibilita a locomoção da estrutura de atendimento. "Muitos parentes vão para Feijó atrás de assistência e não conseguem. Digo que não é nem por causa dos funcionários que estão lá, mas porque eles não tem com o que trabalhar. Eu pergunto, porque isso a gente pelo menos pode: para onde vai o dinheiro?", diz Txate.

Falta de regras e condutas

Falta de regras para a remoção de servidores também é apontada pela fonte do governo federal consultada pelo Cimi como ponto omissos nos argumentos dos gestores da saúde indígena. O resultado é que em locais mais afastados a permanência dos profissionais torna-se pouco provável. Falta de remuneração, estrutura e critérios de remoção influenciam de forma incisiva.

A problemática remonta o concurso do DSEI Yanomami, em Roraima, realizado em 1996, base dos argumentos governistas para a não realização do concurso público. "Talvez os argumentos sirvam para convencer quem nunca ouviu falar em administração pública", afirma a fonte. A remuneração para médicos, à época, era de R\$ 500,00. São valores de quase 20 anos atrás, mas "já eram extremamente defasados. Não se contrata profissionais para áreas remotas oferecendo um salário baixo. Qualquer gestor sabe disso. Então esse concurso não pode ser tomado como referência".

Sinais de ingerência e descontrole social, tal como confirma a fonte. "Argumentam que os profissionais (DSEI Yanomami) ficaram um tempo e depois se removeram. Como assim? Quem autorizou a remoção desses servidores? Por que não chamaram os próximos aprovados nos casos de vagas em aberto?", questiona.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.

Relacionando a situação com outros serviços federais aplicados em regiões afastadas dos grandes centros, a fonte define que seria a mesma coisa caso a Polícia Federal de repente fizesse um convênio com ONG's para contratar policias em áreas de fronteira, ou se a Justiça Federal abrisse concurso para juízes oferecendo salários de R\$ 2 mil ou se essa mesma Justiça ficasse sem oficiais de justiça em municípios como Barcelos (AM) e Xapuri (AC) porque simplesmente pediram remoção e foram embora.

"Nunca o governo federal pensou em solucionar a questão na saúde indígena tal como outros órgãos fizeram. Se o problema é salário, é preciso ter uma remuneração compatível. Se o problema é fixação de profissionais, é preciso ter regras de movimentação interna. No Judiciário o servidor só consegue remoção quando há alguém pronto para assumir a vaga", destaca a fonte.

O governo federal, pontua, "nunca formulou" propostas para alterar a legislação de forma a acomodar as especificidades da saúde indígena. "É fácil dizer que o concurso público não se aplica a saúde indígena com base em argumentos descontextualizados. Nunca houve interesse por parte do governo de estruturar o setor. Houve o estudo para a criação da Sesai, em 2008 e 2009, mas não foi estudado quantos profissionais precisaria, em quais lugares, o que deveria mudar na legislação".

Por fim, a fonte reitera que o instituto não tem como foco a saúde indígena, mas apenas busca uma saída administrativa ao processo judicial impetrado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério Público Federal (MPF), que exige a realização do concurso público para a saúde indígena e já foi repactuado três vezes pela Sesai. Além disso, terceirizar o serviço com a conquista de mais de 300 cargos de confiança ao Ministério do Planejamento e outros 65 para a Sesai.

Fonte: <http://cimi.org.br>



MPF/MS: UFGD suspende vestibular para curso de Pedagogia na Aldeia Porto Lindo
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.09.2014

Medida atende recomendação do MPF, que busca adequar percentual de vagas aos índios e reestruturar programa com base nas necessidades da comunidade

MPF MS

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) acatou recomendação do Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul (MPF/MS) e suspendeu o Processo Seletivo para o Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade educação à distância, para o Polo de Japorã/MS, localizado dentro da Reserva Indígena Porto Lindo, da etnia guarani-kaiowá. As provas, que seriam realizadas no dia 28 de setembro, foram adiadas por 60 dias para realização de correções no edital.

Para a instituição do programa, a UFGD teria garantido à comunidade a destinação de ao menos 50% de vagas específicas aos indígenas, além da previsão de um processo seletivo diferenciado e a incorporação de uma metodologia própria de ensino. No entanto, além de não prever reserva de vagas especificamente para indígenas, a comunidade não foi consultada sobre a estruturação do curso.

Segundo a Convenção nº 169 da OIT, deverão ser tomadas medidas para garantir aos índios o acesso à educação em todos os níveis e em condições de igualdade aos demais cidadãos brasileiros. A Convenção também determina que programas e serviços educacionais concebidos para os povos indígenas interessados deverão ser desenvolvidos e implementados em cooperação com eles, para que possam satisfazer suas necessidades especiais e incorporar sua história, conhecimentos, técnicas e sistemas de valores.

A legislação brasileira reconhece, ainda, que os índios têm direito a serviços educacionais diferenciados, adaptados às necessidades sociais, econômicas e culturais de cada grupo, como forma de reafirmação de suas identidades étnicas.

Para o MPF, "as adaptações são necessárias para dar efetividade à lei, considerando a importância da formação de indígenas no curso de pedagogia a fim de assegurar o acesso a conhecimentos gerais em compasso com suas especificidades culturais. Do modo como o edital está estruturado, a comunidade que sofrerá os impactos com a criação do curso poderá não usufruir de qualquer benefício em contrapartida".

O novo edital, além de readequar o percentual de vagas destinadas aos indígenas, deve ainda contemplar proposta curricular compatível às particularidades étnico-culturais dos guarani-kaiowá.

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul

No Pará, cerca de 6.300 indígenas devem participar das Eleições 2014

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.09.2014

Para as localidades mais distantes, apuração terá transmissão via satélite. TRE pretende divulgar o resultado das eleições ainda no domingo, 5.



G1 PA

No Pará, cerca de 6.300 índios devem participar das Eleições 2014. Em Paragominas, 400 vivem distribuídos em 15 aldeias na região do alto rio Guamá. Os indígenas se deslocam de barco para poder votar, a viagem dura, em média, uma hora até os locais de votação.

A índia Cleonice Tembê conta que, para eles conseguirem se deslocar de barco até as urnas, vendem farinha para arrecadar o dinheiro da gasolina do barco. "Eu espero que quando esses candidatos ganharem, que eles possam ajudar a gente", disse.

Para apurar os votos de índios, ribeirinhos, eleitores que vivem em locais de difícil acesso, o tribunal vai instalar mais de 300 pontos de transmissão via satélite em setenta e dois municípios do estado para enviar os votos das urnas direto para os locais de apuração.

Santarém, no oeste do Pará, Chaves, na ilha Marajó e São Felix do Xingú, no sul do estado concentram o maior número de pontos de transmissão via satélite. Em Santarém, o segundo maior colégio eleitoral do Estado, os técnicos enfrentam dificuldades para levar as urnas até os locais de votação na floresta.

Felipe Hoat, secretário de tecnologia da informação do TRE, conta que o Pará é o segundo Estado que mais utiliza esse sistema, ficando atrás do Amazonas. Ele também explica que sem os pontos de transmissão, essa apuração demoraria aproximadamente dois a três dias para ter o resultado final.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.

“A gente tem uma preocupação muito grande com a região do Baixo Amazonas por conta dos rios e essa navegabilidade que é bem difícil, principalmente em outubro. Mas também dá para destacar a área do arquipélago do Marajó que também é bem distribuída em ilhas e tem também esse risco de navegabilidade”, diz o secretário.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.

Índios fazem cerimônia de passagem da infância para adolescência no MA
SÍTIO CÉLIA FONTINELE, 28.09.2014



Cerimônia de passagem de fases da vida
(Foto: João Rodrigues/ O Estado)

Índios krikatis realizaram a tradicional Festa do Ceveiro, na aldeia indígena São José, localizada no município de Montes Altos, no sudoeste do Maranhão. A cerimônia marca a passagem da infância e adolescência para a fase adulta, e integra um conjunto de rituais, realizado periodicamente, para reforçar a identidade dos Krikatis.

Conforme matéria de João Rodrigues, publicada pelo jornal O Estado do Maranhão deste domingo (28), 21 pessoas, na faixa etária de 12 a 17 anos, participaram do ritual de passagem. Elas ficaram confinadas em uma oca móvel (ceveiro), feita de palha de palmeira, com aproximadamente três metros quadrados, durante três meses.

Nesse período, meninos e meninas só tiveram contato com seus guias, geralmente líderes de grupo, que ficam responsáveis por servir a alimentação, entregue na moradia improvisada, mas com direito a banheiro. A aldeia que sediou a cerimônia tem população aproximada de 1.080 índios.

Após o período de confinamento, eles são organizados em grupos ou partidos, todos identificados com nomes de caça, os índios se posicionaram no pátio da aldeia, local de festa. Um a um saem para o ceveiro para a cerimônia de libertação dos confinados.

Ao chegar até a moradia, parte do grupo aguarda enquanto o líder entoa uma cantoria, geralmente de braços levantados, uma espécie de louvação. Ato contínuo, as crianças e os adolescentes pertencentes àquela família e grupo deixam a oca e seguem o líder em direção a

CONT.



um local distante, e cerca de um metro da sede da aldeia, onde são pintados com tinta extraída de jenipapo e urucum (frutos). Os libertos também têm direito a uma refeição de cardápio variado, com caça, peixe e frutas.

De acordo com o professor Alfredo Krikati, designado pelo cacique André para acompanhar os jornalistas durante o evento, um dos pontos mais importantes da festa é quando cada grupo diz o nome de seus ancestrais. A partir desse momento, nenhum integrante pode migrar para outro grupo.

O processo de pintura é a primeira vez durante a cerimônia em que as mães participam. Toda a cerimônia é realizada pelos homens e lideranças como o ex-cacique João Grande. Depois de receberem as pinturas relativas ao grupo que pertencem, crianças e adolescentes são levados pelos líderes para um local afastado cinco quilômetros da sede da aldeia, onde ocorre outra cerimônia.

Lá, os futuros adultos ficam em fila de frente para duas toras de madeira pintadas, de aproximadamente 20 quilos cada uma, e os líderes voltam a cantar como se estivessem agradecendo aos deuses por aquele momento.

Na fase seguinte, os escolhidos são carregados nas costas por índios de seus grupos até a sede da aldeia. Dois homens carregam as toras nos ombros e correm pela estrada com destino à aldeia, mas no caminho há vários pontos ou barreiras demarcadas com folhagens, onde outra dupla leva as toras, como ocorre nas provas de revezamento de bastão.

Mesmo com o peso, os índios não demoram muito para retornar à sede da aldeia. Diferentemente do início da cerimônia, a partir desse momento, no pátio, as mocinhas se apresentam vestidas com blusas para a última etapa do ritual. Líderes cantam e dançam diante dos novos adultos em fila. Pela tradição indígena, a partir desse momento os novos adultos terão permissão para casar, participar de reuniões com as lideranças, mas continuam dependentes de suas famílias.

Preservação cultural

O líder indígena João Grande comentou que sua participação na Festa do Ceveiro tem um motivo nobre: incentivar os jovens a manter viva a cultura krikati. "A gente está falando com os mais novos, que têm que andar com a gente, para poder aprender a cantar, a fazer tudo", justificou João Grande, que completa 60 anos este mês, mais de 20 desses atuando como cacique.

Cada cantiga entoada na porta do ceveiro e diante das toras, segundo João Grande tem um significado. A que ele entoou foi uma saudação à raposa, animal que identifica seu grupo ou partido. "Eu tenho muito preocupação. Não estou mentindo, porque as coisas estão mudando demais. Está diferente e eu estou mais preocupado com meu povo. Alguém tem de aprender comigo para quando eu morrer", disse o ex-cacique, salientando que quem não aprender a tradição não é mais índio.

Fonte: G1/MA

A cultura e os índios

SÍTIO OUTRAS PALAVRAS, 28.09.2014

Ex-ministro sustenta: não podemos permitir que continuem massacrados; sem eles, Brasil não será democrático – mas visão etnocêntrica é insuficiente



Ashaninkas no Acre. Juca denuncia: "Soube há uma semana que quatro deles foram massacrados e que alguns dos líderes daquele povo não podem sair da aldeia"

Por Juca Ferreira | Imagem: Mike Goldwater

O Brasil democrático tem que reconhecer a importância dos povos indígenas. Sem eles, o Brasil não será democrático. Nosso país não pode permitir que eles sejam dizimados, que seus direitos sejam massacrados, que esses povos fiquem vulneráveis frente a garimpeiros, latifundiários e agricultores, sejam eles pequenos, médios ou grandes. Não digo isso só por notícia de jornal. Eu acompanhei esse tema de perto, quando fui ministro. Fui a algumas aldeias, fortalecer uma relação cultural com os povos indígenas, pois eles são parte da singularidade cultural brasileira, são parte do nosso DNA. Não podemos perder a possibilidade de incorporá-los ao projeto democrático, não podemos deixá-los ao relento, à sua própria sorte.

Uma das aldeias que visitei foi a dos Ashaninka, perto da fronteira com o Peru. Soube há uma semana que quatro de seus indígenas foram massacrados e que alguns dos líderes daquele povo não podem sair da aldeia. Isso porque capangas, interessados em suas terras, já disseram que esses líderes estão numa lista para serem mortos. Isso não é um caso excepcional, é parte da realidade que a gente vive no Brasil.

CONT.



Nós, os não índios, temos que incorporá-los como parte da sociedade brasileira, plenos de direitos; como irmãos. Precisamos perceber os indígenas como parte da nossa sociedade. E eles só podem se sentir assim se estiverem plenos de direitos e em condições de serem o que são. Eu me lembro de um cacique, acho que de nação Tucano, que chegou lá no Ministério e disse: "sabe o que eu mais gosto em vocês? O Ministério da Cultura do governo Lula não diz como a gente deve ser índio. Chegam por lá uns antropólogos querendo dizer como a gente deve ser índio. Eles às vezes sabem bastante da nossa cultura, mas esquecem de uma coisa, essa relação com o mundo de vocês modifica tão profundamente a nossa realidade que nós não podemos ser apenas o que éramos antes de ter esse contato. Esse desafio tem que ser uma opção diária, nós queremos ter o direito ao protagonismo na construção de soluções na relação com o mundo de vocês".

topo-posts-margem

Outro cacique, desta vez um Bororo, também me revelou muito sobre sua identidade cultural quando disse assim: "eu quero ser índio, porque se eu tentar ser um de vocês eu não serei nada, mas eu gosto de televisão, de novela, de computador, de celular". É um direito deles, ter acesso a equipamentos e ferramentas que os auxiliem na construção de suas vidas.

A Funai precisa ser fortalecida. É preciso recompor a Funai para que possa cumprir as funções que lhe cabe no século 21, garantir a todos os indígenas os direitos básicos. Mas isso não basta. Nós, no Ministério da Cultura do Governo Lula, abrimos as portas do ministério para os povos indígenas. Nos aproximamos com nossos programas e ações de mais de 100 nações. Impressionou-nos a receptividade de grande parte deles, pois tinham tudo para ser desconfiados. Confiaram na gente e também abriram as portas de suas aldeias. Não fomos aos índios para concorrer com a Funai. Fomos para ampliar o trabalho do Estado brasileiro, para reforçar o princípio de que a terra é fundamental para os povos indígenas, mas que também é importante e fundamental para sua sobrevivência a garantia das condições culturais de preservação da identidade e de um contato com a sociedade não indígena que seja positivo. Só cabe a eles definir quão índio querem continuar sendo e o que da nossa sociedade eles querem incorporar.

Uma das alegrias que tive na aldeia Ashaninka foi conhecer um Ponto de Cultura Indígena. Eu não sabia que eles tinham um ponto ali: vários índios usando computadores, um deles conversando com a Alemanha, preparando um evento baseado em um trabalho de coleta de informações e dados dos conhecimentos da floresta para que não fossem roubados, para que aqueles conhecimentos pudessem ser reconhecidos como patrimônio deles. Não estavam querendo impedir o acesso das pessoas àquele patrimônio, mas que esse acesso, uma vez que ocorresse, trouxesse algum dividendo para o povo Ashaninka. Queriam impedir que aquilo que eles são se tornasse propriedade de uma indústria farmacêutica, alimentícia ou de cosméticos e que chegassem lá e levassem para patentear esse conhecimento.

Essa manutenção da visão etnocêntrica em relação aos índios é uma perda para nossa sociedade. Se formos capazes de incorporar os índios na sua singularidade, com suas terras, seus conhecimentos, e isso fizer parte do Brasil do Século 21, nosso país vai ter um cabedal de conhecimento enorme para ser potência e ampliar o seu desenvolvimento.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.

Não há possibilidade do Ministério da Cultura do Brasil no Século 21 permitir que a contribuição indígena para o Brasil volte à invisibilidade. Essa noção de que nós estamos vivendo um processo complexo cobra de nós uma enorme responsabilidade na construção de uma nação democrática, plural, que respeite a diversidade humana, e ajude a construir a humanidade de todos os brasileiros. E isso só se consegue na democracia.

Exigindo direitos, indígenas e quilombolas ocupam o Incra em Porto Alegre SÍTIO RÁDIOCOM, 28.09.2014

Fonte: Frente Quilombola/RS, especial para o Jornalismo B



Foto: Carlos Latuff

A ocupação do Incra em Porto Alegre iniciou às 9h da manhã do dia 26, e apresentava um claro objetivo: exigir o aceleramento do processo para a titulação e demarcação dos territórios dos povos originários e lutar contra o racismo institucional e o agronegócio, além de denunciar a discriminação e violência a indígenas e quilombolas, incentivada pela bancada ruralista.

Pela garantia dos territórios já conquistados e a ampliação da titulação e demarcações, os quilombolas de Morro Alto acompanhados de outros quilombos, chegaram apoiados por outros coletivos, como a Frente Quilombola, o Quilombo da família Silva, o Quilombo dos Machados, o Movimento Autônomo Utopia e Luta, os ativistas do Bloco de Luta pelo Transporte 100% Público, o CIMI, as lideranças Kaingang e Guaranis e o Movimento Nacional de População de Rua.

Assim que chegaram, foi decretada a ocupação e imediatamente subiram para a sala no 3º andar, a sala de reuniões da superintendência, visando uma reunião com o superintendente do Incra, Roberto Ramos. Após mais de meia hora para ter alguma informação, o Incra aceitou a proposta de reunião.

O pleito foi característico como é o processo administrativo para a titulação: a fase de análise de contestações, sendo que os quilombos não tinham nenhuma informação sobre como andava esse processo e cobraram isso do superintendente, que num primeiro momento não deu

CONT.



informação nenhuma. Pressionado pelos quilombolas, o superintendente Roberto Ramos teve uma atitude totalmente desrespeitosa, se retirou da sala de reunião sem dar informações concretas, dizendo que apenas os técnicos e os antropólogos teriam essa informação, na clara tentativa de romper o diálogo com os quilombos.

O que está por trás da postura do superintendente é a pressão que existe de acordos políticos feitos pelo governo estadual e federal, a serviço do agronegócio para retaliar e reduzir o território ancestral de Morro Alto. A partir disso, todas as violações que esta comunidade vem sofrendo ao longo de demarcação, que gerou, inclusive, ações civis públicas, para que o processo seguisse o seu ritmo normal, inclusive com transparência e acesso das informações, pela própria comunidade quilombola.

Os quilombolas não se deram por satisfeitos e cobraram uma posição concreta. Neste momento, o superintendente procurou criar um factóide, se dizendo violentado pelos quilombolas... A antropóloga técnica que está acompanhando essas contestações ficou na sala, e foi então que começou a se esclarecer a situação. Ela informou que tinham 207 contestações e que 79 destas já haviam sido analisadas, sendo que todas essas foram indeferidas e aquelas que faltavam estariam prontas até dezembro.

Foi apresentada uma sistematização destas análises, os quilombolas pediram as cópias destas contestações e ela ficou de consultar o coordenador, que é o servidor Vitor, para fazer essa consulta. Neste momento, o superintendente do Incra, que tinha desrespeitado os quilombolas presentes, inclusive dando voz de prisão para o representante do Cimi, reapareceu, adotando um outro tom e estando junto com o procurador do Incra, colocando que forneceria as informações solicitadas, inclusive com relação ao prazo para se incluir as análises das contestações.

Então, foi marcada uma reunião para a próxima quarta-feira (01/10) às 14h. Os quilombolas, após o almoço, retornaram, junto com os ativistas, para Morro Alto, e afirmam que irão voltar ainda mais mobilizados para quarta-feira, com a finalidade de obter esta resposta, que é essencial.

Quando o superintendente voltou acompanhado do procurador do INCRA, foi feita a denúncia de que os grileiros estão ameaçando e violentando as comunidades quilombolas. O INCRA não se posiciona, e o superintendente diz que o INCRA tem a responsabilidade de demarcar, titular e assentar, mas essas questões não dizem respeito a eles. A este desrespeito, a Frente Quilombola manifestou-se: "Atribuímos à juventude do procurador, em não saber exatamente o que é o processo de demarcação e titulação dos territórios quilombolas. Existe uma previsão no decreto 4887/2003, de que cabe, durante o processo de demarcação, ao INCRA, e a Fundação Palmares, a defesa destes territórios, em relação a qualquer ataque, espúrio e qualquer coisa que represente um ataque ao território dos povos originários, então, sabemos que esta informação não procede".

Contudo, a próxima semana será de extrema importância para assegurar os direitos das comunidades indígenas e quilombolas e, em especial, a situação do quilombo de Morro Alto. A

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.

partir da reunião marcada para quarta-feira (01/10), espera-se que a população originária consiga avanços reais no que diz respeito à titulação e demarcação dos territórios. Por isso, convidamos a ativistas a somarem-se a esta luta, no Incra, na próxima quarta-feira, em que teremos uma importante reunião a partir das 14h.

Carta Aberta do Povo Tupinambá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.09.2014



Foto: Defensoria Pública Bahia

Ao:

Governos: Federal, Estadual e Municipais
Câmaras de Vereadores, Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia, Assembleia e Senado Nacional
Igrejas das diversas denominações
Instituições Jurídicas (MPF, AGU, DPU)
Aliados, parceiros e simpatizantes da causa
indígenas
Imprensa livre e alternativa
Parentes de todo o Brasil

Vimos através desta carta aberta, denunciar mais
uma vez, a situação vivenciada por nosso povo, ao
mesmo tempo solicitar apoio e solidariedade na

busca e conquistas de nossos direitos. Como é de conhecimento e não é de agora o nosso território encontra-se invadido há muitos anos, os invasores de nossas terras sagradas, há muito vem usurpando nossa terra e espoliando nossas riquezas naturais, não permitem que nossa verdadeira história seja contada, omitindo nossa contribuição cultural, negando a nossa existência, nos chamando de "Falsos Índios" ou, "Supostos Índios" incitando-os contra nós, promovendo o preconceito, a discriminação e o ódio contra as nossas lideranças e as nossas comunidades. Distorcendo o que verdadeiramente somos, ataques sistemáticos, de regressão e supressão dos direitos indígenas verificam-se nos distintos poderes do Estado e na sociedade, notadamente nos grandes meios de comunicação, eles conseguem transformar as vítimas em réus.

Somos anciões, mulheres, homens, jovens e crianças, muitos misturados biologicamente, filhos, netos bisnetos, tetranetos, etc., advindos do estupro, ou não, outros por união impostas – lembramos que são vários séculos de contato – que talvez não satisfazemos aos vossos olhos, ou até mesmo ao ego daqueles que estão acostumados com estereótipos, a identificar um povo pela cor da pele, cabelos, ou olhos. Nunca esquecemos nossas raízes, e sempre mantivemos a nossa memória alimentada por nossos anciões, que através da oralidade nos permite saber de onde viemos e quem somos. Fomos obrigados a viver no anonimato por décadas e décadas, roubaram nossas terras, mataram nossos parentes e poucos conseguiram se manter em pequenas áreas e muitos dos nossos vivem em periferias das grandes cidades, em condições de vulnerabilidade, mas não perdemos o respeito pela Mãe Natureza, e nem o sentimento da partilha e pertença a um povo, muito menos a vontade de viver com dignidade,

CONT.



assim como, retomar o que é nosso por Direito Originário e está escrito na CF/1988, que é preciso fazer garantir.

O Governo Federal tem sido omissos nas questões relacionadas aos Povos Indígenas, muitos políticos nos vêem como estorvo, afinal atrapalhamos os interesses dos que financiam campanhas eleitorais milionárias, e ainda aliciam o Povo, Juízes, etc., contra nós. Os estudos antropológicos de reconhecimento do nosso território feitos por instituições do governo comprovaram e sustentam o que já sabíamos, a legitimidade do nosso território que para nós sempre nos pertenceu, não somos os invasores, ou grileiros, somos a herança de uma história de resistência contra os invasores de nosso território que duram exatamente 514 anos.

O Povo Tupinambá tem sido vítima da opção do governo da presidenta Dilma Rousseff pelo agro negócio. Após a conclusão dos estudos que comprovaram ocupação tradicional do território pelos indígenas Tupinambá, cabe agora ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, assinar a portaria declaratória da Terra Indígena. O documento está nas mãos do Ministro há dois anos, apesar da legislação determinar o prazo de 30 dias após o recebimento do processo para que o ministro dê os encaminhamentos pertinentes.

A não assinatura da Portaria emperra que outros encaminhamentos relativos à regularização do nosso território avancem e este impasse está criando um clima desfavorável contra a nossa comunidade, bem como, prejudicando os pequenos agricultores. Cabe ressaltar que a legislação brasileira estabelece que os ocupantes não indígenas de boa fé devem ser reassentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e receber indenizações pelas benfeitorias, a serem pagas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Dessa forma, os direitos de todas as pessoas, indígenas e não indígenas, são assegurados em lei, como forma de realizar a justiça e promover a paz.

Se não bastasse estes ataques mais locais. Ataques a nível nacional estão em curso por meio de Projetos de Lei (PL 1610, da mineração em terras indígenas, PL 7735/2014, do Patrimônio genético, entre outros), Emendas constitucionais (PEC 215, PEC 038, PEC 416, etc.), Portarias (Portaria 303, Portaria 419, Minuta de Portaria para mudar os procedimentos de demarcação das terras indígenas), Decretos (Decreto 7957). Ao mesmo tempo, muitas lideranças e comunidades como a nossa que lutam na defesa de seus direitos à terra são criminalizadas, vítimas de assassinatos, prisões arbitrárias e ameaças de morte. O ódio que muita gente tem

para conosco beira a irracionalidade, nem sabem por que expõem tanto veneno contra nós e nem se questionam pela atitude insana. Sabemos que a falta de informação tem promovido a ignorância, que por sua vez tem levado uma grande parte da sociedade brasileira a nos crucificar, criminalizando-nos e discriminando-nos.

Estamos pedindo paz e suplicando ao mundo a garantia de nossas vidas, e que o governo demarque nossas terras, chegue de violação dos nossos direitos, e ao Povo Brasileiro pedimos apoio e solidariedade e a cessação de hostilidades e que o sentimento de invasão (mentalidade colonialista) seja dizimado, expurgado dos vossos corações, por favor, acabem com essa Guerra contra nós Povos Indígenas, contra nós os Tupinambás. É vergonhoso ver o governo da

CONT.



Bahia ser contra nós, suspeitamos que seja por conta do exercício do sufrágio pelos eleitores, afinal somos em menor número e muitos ainda não sabem votar e nem possuímos dinheiro para financiar campanhas eleitorais, nada mais justifica a parcialidade, contra fatos não há argumento, desde o processo dos Pataxós Hã Hã Hãe, que a tendência tornou-se explícita.

Hoje, nesta XIV Caminhada dos Mártires Tupinambá, celebramos a nossa resistência lembrando diversos momentos que fomos perseguidos e massacrados: O ataque do Governador Geral Men de Sá, deixando 06 quilômetros de corpos de nossos antepassados estendidos nas praias do sul, a famosa Batalha dos Nadadores onde nossos parentes eram friamente assassinados dentro do mar, mas recentemente as perseguições, as calúnias e assassinato de nossa liderança o Caboclo Marcelino que ousou lutar em defesa dos direitos de nosso povo. Nos dias de hoje não tem sido diferente, nossas lideranças sofrem prisões injustas, as nossas comunidades são caluniadas e agredidas, os nossos direitos são desrespeitados, muitos de nossos parentes tem sido assassinados. Mesmo diante de todas as perseguições, respeitando os nossos antepassados e as suas lutas, queremos reafirmar que estas Terras têm dono, SOMOS NÓS, O POVO TUPINAMBÁ.

Assinam Cacique e lideranças:

- Cacique Valdenilson Oliveira dos Santos
- Cacique Maria Valdelice Amaral de Jesus
- Cacique Alicio Amaral
- Cacique Ramon Souza Santos
- Cacique José Sinval Teixeira de Magalhães
- Cacique Gildo Silva Amaral
- Cacique Renildo Raimundo dos Santos
- Cacique Nerival Cunha dos Santos
- Cacique Luciano Silva de Jesus
- Cacique Rosivaldo Ferreira da Silva
- Cacique M^a Ivonete Amaral Souza
- Cacique Cleildo Nascimento de Souza
- Cacique Pascoal Pedro de Souza
- Cacique M^a Jesuína Barbosa dos Santos
- Cacique Rosevaldo de Jesus Carvalho
- Domingos Ferreira da Silva – Conselho de Anciãos
- Genilda Maria de Jesus – Conselho de Anciãos
- Nivalda Amaral – Conselho de Anciãos
- Nadia Batista da Silva – Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia

Suposto índio protesta tomando cerveja em Olivença

SÍTIO MACUCO NEWS, 29.09.2014



Suposto índio protesta tomando
cerveja em Olivença

Um fato pitoresco aconteceu neste domingo (28), durante manifestação no trecho BA 001, em Olivença, Ilhéus. Um suposto índio Tupinambá foi flagrado, durante a manifestação que bloqueou a rodovia, se refrescando com uma cerveja. O caso é que, de acordo com relatórios da Funai (Fundação Nacional do Índio), o suposto índio pertence a uma tribo que ainda mantém o costume de ingerir bebidas derivadas da mandioca, além de sobreviver de caça e coleta. (O Tabuleiro)



Editora lança coleção infantil sobre universo indígena

SÍTIO FOLHA VITÓRIA, 29.09.2014

Estadão Conteúdo
Redação Folha Vitória

São Paulo - Primeiro nasceram os filmes, feitos por índios cineastas dos povos panará, que vivem em Mato Grosso e no Pará, ikpengs, em Mato Grosso, e wajãpis, no Amapá. Dos vídeos, desdobraram-se os livros, com as histórias adaptadas para crianças, em uma linguagem simples, parecida com o jeito de falar indígena, e recheadas de ilustrações. Os três filmes e livros compõem a coleção Um Dia na Aldeia, lançamento do Vídeo nas Aldeias com a editora Cosac Naify, que apresenta uma visão autêntica e realista dos primeiros habitantes do Brasil.

"A ideia é sensibilizar as crianças em relação a um universo que não conhecemos, que nos livros didáticos aparece de forma totalmente equivocada.

Os índios não estão apenas em 1500, estão ao nosso lado, vivendo, se apropriando da nossa cultura, mas mantendo as suas. A questão indígena no País envolve desrespeito ao direito e muita violência. Isso também faz parte do que somos nós", afirma a escritora e educadora Ana Carvalho, que integra a equipe do Vídeo nas Aldeias e assina a adaptação da história Depois do Ovo, a Guerra, feita com base no filme de Komoi Panará.

Neste livro, as crianças panará brincam de reviver a guerra de seu povo contra os txucarramães, seus antigos inimigos. Pintam o corpo, cortam seus cabelos e produzem as armas para celebrar a história.

Os outros dois livros - A História de Akykysia, o Dono da Caça e Das Crianças Ikpeng Para o Mundo - foram adaptados pela escritora, ilustradora e atriz Rita Carelli, que também fez os desenhos de toda a coleção. Na primeira obra, Rita conta a lenda dos índios wajãpis e do monstro Akykysia, que mora no buraco de um tronco de sumaúma. Na segunda, o foco é a vida em uma aldeia ikpeng. Por meio delas, o leitor conhecerá a casa do cacique, o hábito de tomar banho no rio e de comer frutas direto do pé, além de compreender como se dá a divisão de tarefas entre homens e mulheres.

Para fazer as ilustrações, Rita fez diversas oficinas de ilustração com as crianças indígenas. Levou papel, lápis e tinta e propôs que elas desenhassem. Curiosamente, conta, os índios optaram por cores fora da paleta tradicionalmente usada quando são retratados - eles ficaram fascinados com os tons mais fortes. Nos livros, Rita apostou em amarelos, vermelhos e verdes fechados.

"Também trabalhei muito com colagens, usei papéis de origami japonês. Quis brincar com a ideia de que a cultura indígena quase se aproxima da japonesa. Encontramos padrões

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.

semelhantes, quis provocar", diz Rita. Os livros são bilíngues: em português e no idioma dos índios. A ideia é que eles também sejam lidos por eles. "Existe além do português no Brasil. Desta forma, os livros voltam para as aldeias e para as escolas indígenas diferenciadas. A tradição oral retorna em formato escrito", afirma Ana. Para Vicent Carelli, diretor executivo do Vídeio nas Aldeias, como há escassez de material para os índios, a coleção poderá ser usada no processo de alfabetização das crianças indígenas.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.



Indígenas ganham Curso de Árbitros da Federação de Mato Grosso do Sul
SÍTIO REGIÃO NEWS, 29.09.2014

O Curso será ministrado por instrutores da FFMS e terá início no dia 11 de Outubro no Centro Olímpico Indígena na BR que liga Dourados a Itaporã

Um curso inédito no Brasil começa a ser ministrado pela Federação de Futebol de MS com o apoio da FUNED -Fundação de Esporte de Dourados: Curso de Formação de árbitros de Futebol com a participação apenas de índios da região de Dourados.

“É muito importante para nossa gente esse tipo de formação. Temos 12 mil índios nessa região e nosso campeonato de futebol reúne cerca de 40 equipes e precisamos desse incentivo. Além disso é uma oportunidade para nossos jovens e adolescentes exercerem uma atividade de destaque no cenário nacional. Agradecemos ao Secretário Coca e ao Presidente Cezário por oportunizar essa condição aos nossos irmãos” afirmou o vereador Aguilhera responsável pelo evento.

O Curso será ministrado por instrutores da FFMS e terá início no dia 11 de Outubro no Centro Olímpico Indígena na BR que liga Dourados a Itaporã.

Indígenas serão transportados de helicóptero para votar, em RO

SÍTIO NOTÍCIA GERAL, 29.09.2014



O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia alugou um helicóptero para transportar os índios de Rio Negra Ocaia, Santo André e Pedras Negras para votarem nas eleições deste ano. O transporte será feito no primeiro turno, em 5 de outubro, e, caso tenha segundo turno, no dia 26 do mesmo mês. Estão aptos a votar nessas localidades 752 indígenas.

Segundo o TRE-RO, as distâncias dessas localidades à sede dos cartórios eleitorais é grande. Nessa época do ano, os rios que dão acesso a Rio Negro Ocaia e Santo André, localizados no município de Guajará-Mirim – 1ª Zona Eleitoral, por exemplo, ficam muito rasos, permitindo apenas o tráfego de barcos de pequeno porte, com capacidade para, no máximo, três pessoas. Além disso, a viagem por via fluvial é longa, podendo durar até 12 horas.

Já para o distrito de Pedras Negras, localizado no município de São Francisco do Guaporé, que tem como sede a 5ª Zona Eleitoral, o acesso por água é viável, mas o tempo de deslocamento é, em média, de 13 horas, o que, para a Justiça Eleitoral traz riscos aos servidores à carga que teria que ser transportada – urnas eletrônicas e suprimentos de apoio.

De acordo com o TRE-RO, apesar do percentual pequeno de eleitores a serem atendidos nas localidades, a Constituição Federal determina que a Justiça Eleitoral proporcione toda a logística de votação para os locais de difícil acesso. O objetivo é garantir ao cidadão brasileiro o direito ao voto.

O aluguel da aeronave para o transporte dos índios foi feita, conforme o Tribunal Regional Eleitoral, por meio de pregão eletrônico, que estabeleceu os requisitos para as empresas concorrentes.

G1

Jogos Mundiais Indígenas serão lançados oficialmente nesta segunda-feira
SÍTIO CLEBER TOLEDO, 29.09.2014

Na oportunidade, será apresentada logomarca do evento, estrutura a ser utilizada, planejamento, execução, dentre outros



São esperadas 22 etnias nos Jogos
Mundiais Indígenas

Será lançado oficialmente nesta segunda-feira, 29, às 19 horas, os Jogos Mundiais Indígenas, que acontecerá no próximo ano em Palmas. O lançamento acontece na sede da Secretaria Municipal Extraordinário dos Jogos Indígenas (Seji), localizada na 104 Sul Rua SE-5 Lote 13 sala 1, e contará com a presença de líderes indígenas do Tocantins e de outros Estados. Na oportunidade, será apresentada a logomarca dos Jogos Mundiais em Palmas, estrutura a ser utilizada para o evento, o planejamento, execução, dentre outros.

O evento contará ainda com a participação de representantes do Ministério do Esporte, prefeito Carlos Amastha, do titular da Seji, Hector Valente Franco, de membros do Comitê InterTribal (ITC), além de autoridade municipais e estaduais.

Para os Jogos Indígenas são esperados 22 etnias, 30 países e dois mil atletas, sendo um evento de repercussão internacional e contará com acomodações, instalações e alojamento das etnias brasileiras, oca digital, praça de alimentação com comidas típicas, refeitório, museu do índio e feira de artesanato, além de instalações esportivas, como campo de beisebol, raia olímpica e arena.



Aumenta o risco a sobrevivência dos povos indígenas isolados na Amazônia Brasileira
SÍTIO CIMI, 29.09.2014

O respeito aos direitos humanos dos povos em isolamento ou contato inicial deve dar-se dentro de um marco que respeite plenamente seu direito a livre autodeterminação, a vida e integridade física, cultural e psíquica dos povos e seus membros, a saúde e a seus direitos sobre as terras, territórios e recursos naturais que têm ocupado e utilizado ancestralmente. (Povos Indígenas em isolamento voluntário e contato inicial nas Américas – Comissão Interamericana de Direitos Humanos, CIDH, 2013)

Os povos indígenas isolados povoaram nos últimos meses os noticiários e com frequência informações sobre a sua presença, em diferentes regiões da Amazônia, chegaram até equipe do Cimi de apoio a estes povos e também a Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatos da Funai– CGIIRC.

No Acre, um grupo de indígenas isolados buscou apoio numa aldeia Ashaninka, no mês de junho/julho de 2014. No diálogo estabelecido entre os indígenas e com funcionários da Funai, em jaminawa, traduzido por um falante desta língua indígena, relataram que foram vítimas de massacre, possivelmente por madeireiros ou narcotraficantes na fronteira com o Peru. Além disso, contraíram gripe, que pode ter um efeito devastador nestes povos. A situação de risco em que este povo indígena isolado vivia era amplamente conhecida pelas autoridades brasileiras, mesmo assim a Frente Etno-ambiental Envira, da Funai na região foi abandonada em 2012, porque o órgão indigenista não contou com respaldo suficiente para oferecer segurança a seus funcionários.

No Vale do Javari, Amazonas, uma família isolada Korubo de seis pessoas, encontrada na beira do rio Itacoai, por indígenas Kanamari, no mês de setembro, foi levada para a aldeia Massapê. Outra vez tratava-se de um pedido de socorro, desta vez diante de uma situação de doença que se manifestava, segundo descrição de uma indígena da família, através de febre alta e muita tremedeira no corpo (sintomas da malária), que estava provocando mortes no grupo Korubo isolado. O fato motivou um posicionamento público da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) denunciando a invasão da terra indígena por caçadores e pescadores e as dificuldades da Funai para desenvolver as necessárias ações de vigilância e proteção por falta de recursos financeiros e pessoal qualificado.

No Maranhão, os indígenas isolados Awá-Guajá continuam ameaçados pelos madeireiros que impunemente devastam as terras indígenas já demarcadas, por onde perambulam os diversos grupos que compõe este povo. Essa situação já foi reiterada diversas vezes denunciada ao poder público. Diante da omissão governamental, a denúncia foi levada a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, CIDH da Organização dos Estados Americanos (OEA). É

CONT.



absolutamente inaceitável que o povo Awá-Guajá continue sendo submetido a essa política de extermínio.

Na região da Ilha do Bananal, recentemente indígenas isolados foram vistos dentro e fora da terra indígena e os sinais de sua presença foram percebidos nas proximidades da aldeia indígena Waotynã, localizada no município de Lagoa da Confusão. Um alerta também foi feito a CGIIRC – Funai sobre a sua presença na região da Mata do Mamão, dentro da Ilha, pelas Brigadas de combate a incêndios. As ameaças a este povo vêm das queimadas na Ilha nesta época do ano, das invasões de caçadores e pescadores e dos projetos de construção de estradas. A Funai até hoje não fez nenhum estudo sobre a área de perambulação deste povo e também não adotou medidas de proteção.

No rio Tapajós, o governo está anunciando para breve o licenciamento ambiental para a construção das diversas usinas hidrelétricas. Até o momento nenhum estudo foi apresentado sobre os diversos povos indígenas isolados que vivem nas proximidades destas hidrelétricas projetadas para a região. Os governos da ditadura militar promoviam a remoção forçada dos povos indígenas isolados que se localizavam no caminho dos mega empreendimentos de infraestrutura na Amazônia. Prática que levou a verdadeiras tragédias humanas. Os governos atuais optaram por desconhecer a sua existência, para que não atrapalhem os seus projetos. Essa política que não se importa com o que possa acontecer a estes povos é tão perversa, trágica e violenta para estes povos quanto àquela.

As informações sobre os povos indígenas isolados, nada tranquilizadoras, sinalizam para um agravamento das situações de vulnerabilidade e risco em que estes povos se encontram, com seus espaços territoriais cada vez mais restritos e invadidos, numa Amazônia onde os índices de desmatamento voltam a crescer, destinada a manter, num contexto de crise da economia globalizada, a reprodução do sistema de dominação e acumulação, através da superexploração dos recursos naturais. Revelam igualmente, de forma contundente, as contradições mais profundas das políticas governamentais que apostam, em termos macro econômicos, em um desenvolvimentismo sem limites, festejado pelas empresas transnacionais dos setores do agronegócio, do extrativismo mineral, petrolífero, madeireiro e da construção civil, que são as grandes beneficiárias dos vultosos investimentos públicos nos mega empreendimentos de infraestrutura nas áreas de energia, transporte e comunicação na região. As políticas compensatórias de mitigação de impactos e de proteção aos povos e comunidades locais, expõem neste cenário toda a sua ineficácia, revestidas que são por uma natureza emergencial permanente. Denunciam, por sua inoperância, a reprodução dos decretos de extermínio dos povos indígenas expedidos desde que as caravelas europeias atracaram no continente sul-americano.

Reiteramos que a autodeterminação dos povos indígenas isolados, que se manifesta por sua vontade de não estabelecer relações regulares com a sociedade brasileira deve ser respeitada, assim como seus territórios demarcados e protegidos. A vontade do não contato significa também uma demonstração clara destes povos contra os empreendimentos governamentais em seus territórios, e deve ser vista como o exercício do seu direito de consulta. A atenção a saúde nas aldeias das terras indígenas onde os grupos isolados vêm aparecendo com relativa

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.

frequência, sobretudo no Vale do Javari-AM e Rio Envira-AC deve ser absolutamente prioritária, para evitar a transmissão de doenças de infectocontagiosas, fatais a estes grupos. É fundamental que o órgão indigenista oficial seja aparelhado com recursos financeiros e com pessoal qualificado para identificar a presença dos povos isolados, verificar suas áreas de perambulação e evitar que seus territórios sejam invadidos. Por fim é preciso acabar urgentemente com a vergonhosa invasão madeireira nas terras indígenas do Maranhão que está decretando o extermínio do povo Awá-Guajá.

Porto Velho, 27 de setembro de 2014.

Equipe do Cimi de apoio aos povos indígenas isolados.

Tupinambá de Olivença realizam sua XIV Caminhada dos Mártires
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.09.2014



Cimi

Cerca de 2500 mil pessoas entre indígenas, diversas Entidades de apoio, estudantes, simpatizantes da causa indígenas e políticos participaram da XIV Caminhada dos Mártires Tupinambá, realizada neste domingo 28/09/2014. Que este ano inverteu a ordem da caminhada a pedido dos anciãos Tupinambá, saindo da Praia do Cururupe e encerrando as manifestações em frente à Igreja de Nossa senhora da Escada em Olivença.

Animados e alimentados pelo exemplo de seus antepassados na luta pela garantia de suas terras, o povo Tupinambá de Olivença realizou pelo décimo quarto ano consecutivo a sua Caminhada dos Mártires visando combater o que eles chamam de "massacre dos dias atuais", que se caracteriza principalmente pela omissão do Governo Federal na regularização do seu território e na falta de políticas públicas o que favorece a violência e o preconceito contra os Tupinambá, um intenso processo de criminalização das suas lutas e ate mesmo assassinato constantes de indígenas.

Os Tupinambá afirmam que a não assinatura da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso (Há dois anos nas mãos do Ministro quando o prazo legal é de 30 dias) emperra que outros encaminhamentos relativos à regularização do seu território avancem e

CONT.



este impasse está criando um clima desfavorável contra os Indígenas, bem como, prejudicando os pequenos agricultores envolvidos na disputa.

Em uma carta aberta distribuída pelos Tupinambá eles afirmam que a Caminhada dos Mártires é uma celebração a resistência do povo e momento de relembrar a caminhada histórica quando foram perseguidos e massacrados: quando do ataque do Governador Geral Men de Sá, deixando 06 quilômetros de corpos de seus antepassados estendidos nas praias do sul, ou então da famosa Batalha dos Nadadores onde indígenas eram friamente assassinados dentro do mar e mais recentemente as perseguições, as calúnias e assassinato de sua liderança o Caboclo Marcelino que ousou lutar em defesa dos direitos de seu povo. Afirmam também que nos dias de hoje não tem sido diferente, suas lideranças sofrem prisões injustas, suas comunidades são caluniadas e agredidas, e, sobretudo seus direitos são desrespeitados, muitos indígenas tem sido assassinados durante estes últimos anos. Mas terminam a carta reafirmando que mesmo diante de todas as perseguições, respeitando a luta de seus antepassados e as suas lutas, gritam alto para que todos ouçam: ESTA TERRA TEM DONO, ESTA TERRA É DOS TUPINAMBÁ.

Dona Nivalda a mãe da cacique Jamopoty pela primeira vez não se fez presente fisicamente na caminhada, mas queríamos trazer para a mesma as suas palavras:

“Para o nosso povo mais do que lembrar este terrível massacre, queremos na verdade é as nossas terras de volta, pois elas nos pertencem, muitos já morreram e sofreram perseguições pela defesa deste lugar sagrado. Este chão está regado de sangue de nosso povo, temos aqui raízes seculares que os brancos não conseguiram arrancar, foram semeadas sementes de esperanças que estão perto de florescer, que nossas crianças com certeza colherão os frutos da luta e resistência de nossos antepassados. E dirão para seus netos e bisnetos: Valeu, vale e sempre valerá lutar pelo nosso chão sagrado, pela nossa mãe terra”.

As atividades que se iniciaram na Praia do Cururupe com um intenso ritual do Porancim se encerraram em frente à Igreja Nossa Senhora da Escada com pronunciamentos dos diversos caciques e anciãos Tupinambá e em seguida o Bispo Diocesano de Ilhéus, Dom Mauro Montagnoli, presente na caminhada conduziu uma celebração de encerramento quando na oportunidade as lideranças Tupinambá lhe entregaram uma carta pedido apoio da CNBB para a sua luta.

Itabuna, 28 de setembro de 2014

Conselho Indigenista Missionário



UFPA oferta mais de mil vagas em processos seletivos especiais

SÍTIO SEJA BIXO, 29.09.2014

Termina, no próximo dia 1º de outubro, o prazo de inscrições para os Processos Seletivos Especiais (PSEs) da Universidade Federal do Pará (UFPA) que, juntos, ofertam 1.035 vagas no ensino superior e já receberam mais de 3.676 solicitações de inscrições. O PSE-7 oferece 640 vagas para candidatos de origem indígena ou quilombola e outras 45 vagas para candidatos oriundos de comunidades tradicionais interessados no curso de Etnodesenvolvimento, sediado em Altamira. Já o PSE-6 oferta 350 vagas para os interessados em cursar a Graduação em Educação do Campo, mantido em nove municípios paraenses.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site do Centro de Processos Seletivos (CEPS - www.ceps.ufpa.br) da Instituição, até às 23h do dia 1º de outubro. Embora não paguem taxa de inscrição, os estudantes precisam imprimir o boleto bancário para confirmar sua participação nos concursos. Cada certame possui regras específicas, mas ambos fazem parte da Política de Ações Afirmativas da UFPA.

Indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais - Pelo PSE-7, a Federal do Pará oferta 320 vagas para estudantes oriundos de comunidades indígenas e outras 320 para os que vêm de comunidades quilombolas. Esse número equivale a quatro vagas a mais a serem criadas em cada um dos 160 cursos de graduação que terão início em 2015.

O concurso também oferta 45 vagas para o curso de Graduação em Etnodesenvolvimento que funciona no campus da Universidade em Altamira. Para esta graduação, podem se candidatar estudantes vindos de comunidades tradicionais, o que inclui, além de indígenas e quilombolas, também ribeirinhos e outras comunidades. Mais informações sobre o curso: www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=8989.

A novidade desta edição é que ela passa a conter apenas duas fases: uma redação e uma entrevista. A prova de conhecimentos gerais foi extinta, a fim de facilitar o acesso das comunidades tradicionais ao ensino superior.

Até o momento, o Ceps recebeu mais de 112 pedidos de inscrição de candidatos indígenas, 968 de candidatos quilombolas e 163 para o curso de Etnodesenvolvimento.

Cota indígena foi criada em 2010. Atualmente, a UFPA possui cerca de 250 estudantes indígenas matriculados na Instituição. A Universidade também já aprovou 153 estudantes quilombolas desde a criação desta cota específica, em 2013. Já o curso de Etnodesenvolvimento existe desde 2009 e tem o intuito de garantir a qualificação das lideranças da comunidade para o manejo de projetos e instituições locais, valorizando a autonomia, com qualificação técnica para efetivação do desenvolvimento.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.

Educação no Campo - O PSE-6 oferta 350 vagas para o curso de Graduação em Educação no Campo sediado nas cidades de Abaetetuba, Acará, Anapu, Brasil Novo, Vila do Carmo/Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Placas e Senador José Porfírio. Até o momento, a UFPA recebeu mais de 2.533 solicitações de inscrição para as vagas do curso.

A graduação é voltada para candidatos que já atuam como educadores no campo, mas não possuem qualificação de nível superior e ainda para candidatos que vivem e/ou pertencem à comunidade do campo, conforme definição do edital do concurso. O objetivo é formar educadores para atender a demanda por docentes para o exercício da profissão desde os anos finais do ensino fundamental até o ensino médio das redes de ensino.

AGU confirma procedimento para demarcação da Terra Indígena no RS
SÍTIO REGISTRADORES NOTÍCIAS, 29.09.2014



A tese dos Advogados da União derrubou ação do Ministério Público Federal (MPF) que queria obrigar a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério da Justiça a efetivarem o procedimento em curto espaço de tempo e sem observar as especificidades do caso.

A Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu, na Justiça, a realização adequada dos procedimentos de demarcação da Terra Indígena de Passo Grande do Rio Forquilha localizada nos municípios de Cacique Doble e Sananduva, no estado do Rio Grande do Sul.

O MPF ajuizou ação para que fossem concluídos, no prazo de 30 dias, a demarcação física da área e, no prazo de 90 dias e o levantamento fundiário da área, sob pena de multa diária. Também solicitou medidas executórias pelo próprio Juízo, por meio de peritos nomeados ou por empresa contratada pela Funai, avaliação dos imóveis por oficiais de justiça, além da mobilização de forças policiais a fim de garantir o êxito das diligências.

De acordo com os advogados da União, a área vem sendo palco de inúmeros conflitos e questões jurídicas, sociais, políticas e econômicas, tendo gerado, inclusive, confrontos entre agricultores e indígenas. Esse cenário crítico, segundo explicou a AGU, exige muita cautela na atuação e na promoção da via conciliatória, melhor instrumento para garantir a harmonização dos procedimentos.

Ao rebater os pedidos do MPF, a AGU explicou que a condução correta do procedimento é para evitar a reiteração de incidentes, com vistas à composição dos interesses divergentes. Para isso, destacaram que a intenção é promover uma solução conciliativa, com a abertura de uma

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.

mesa de diálogo composta por todas as partes envolvidas, indígenas, agricultores, Governos Federal e Estadual, na busca de uma solução pacífica para o conflito.

A PSU/Passo Fundo também ressaltou que as solicitações do MPF para demarcação física e levantamento fundiário fazem parte das atribuições da Fundação Nacional do Índio, responsável por estabelecer e executar a política indigenista brasileira.

Os argumentos dos advogados da União foram acolhidos pela 1ª Vara Federal de Erechim/RS, que julgou improcedente o pedido formulado pelo MPF, garantindo a realização correta da regularização fundiária das comunidades indígenas no local. "É inegável, nessa senda, a possibilidade de ser ineficaz a sentença que vier a ser proferida nesse feito, gerando transtornos econômicos e sociais imensuráveis aos envolvidos", destaca a sentença.

Fonte: Assessoria de Comunicação/AGU

Foto: www.ebc.com.br



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.

I Seminário História e Culturas dos Povos Indígenas: Desafios para o Ensino da Temática Indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.09.2014

I Seminário História e Culturas dos Povos Indígenas: Desafios para o Ensino da Temática Indígena

Dias 22, 23 e 24 de outubro de 2014

Universidade Federal de Pernambuco

Auditório do Centro de Educação/UFPE (Recife) e Auditório da Biblioteca Central/UFPE (Recife)

PROGRAMAÇÃO

Dia 22/10

Local: Auditório do Centro de Educação/UFPE (Recife)

18:00 Credenciamento

18:30 Solenidade de abertura

19:00 Conferência de Abertura

João Pacheco de Oliveira – Museu Nacional/UFRJ

21:00 Coffe Break

Dia 23

Local: Auditório da Biblioteca Central/UFPE (Recife)

08:30 Palestra 1 – História e culturas dos povos indígenas: interculturalidade e os desafios para o ensino.

Iara Bonin – ULBRA (RS)

10:00 Coffe Break

10:30 Mesa-redonda 1 – De qual índio estamos falando? Como os indígenas veem o ensino da temática indígena

Kelly Oliveira/UFPB (Coord.)

Isô Ttruká

Luciete Pankará

Aguinaldo Xukuru do Ororubá

14:00 Mesa-redonda 2 – As ações do Estado para o Ensino da temática indígena

Edson Silva – CAP-CE/UFPE (Coord.)

Caetano Neto – Superintendente de Política Educacional Indígena da SEE

Márcia Sena – GTERE

Maria Jaidene Pires – UPE

Representante da UFPE

16:00 Coffe Break

16:30 às 18:00 Comunicações orais

CONT.



Dia 24

Local: Auditório da Biblioteca Central/UFPE (Recife)

08:30 Mesa-redonda 3 – O ensino da temática indígena e a formação de professores

Eliene Amorim – FAFICA (Coord.)²

Bruno Miranda – UFRPE

Geyza Kelly – CESVASF

10:00 Coffe Break

10:30 Mesa-redonda 4 – Ensino, História e culturas dos povos indígenas: o que fazer?

Sandro Guimarães de Salles – CAA/UFPE (Coord.)

Edson Silva – CAP/CE-UFPE

Sandro Lôbo – CPP

Alexandre Gomes – UFPE

14:00 às 16:00 Comunicações orais

16:00 Coffe Break

16:30 Conferência de Encerramento – A Lei 11.645/2008 e o Ensino da Temática Indígena: possibilidades, impasses e limites.

Rita Potiguara – SECADI/MEC

COMUNICAÇÕES ORAIS

Serão aceitas propostas de comunicações sobre as seguintes temáticas:

1. Relato de experiência sobre o ensino da temática indígena;
2. Lei 11.645/2008, possibilidades e limites;
3. Interculturalidade, histórias e culturas dos povos indígenas.

As comunicações acontecerão nos dias 23 e 24, à tarde, e serão publicadas em um caderno de resumos.

Data limite para envio dos resumos: 14 de outubro

Normas para os resumos:

Em um único parágrafo, até 15 linhas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço simples, com três palavras-chave.

Envio de resumos para: seminarioindigena@gmail.com

Informar no e-mail a temática para a qual está sendo proposta a comunicação.

INSCRIÇÃO

O Seminário oferece 150 vagas. A inscrição é gratuita. O certificado de participação será emitido pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da UFPE. Para se inscrever, envie um e-mail para [<seminarioindigena@gmail.com>](mailto:seminarioindigena@gmail.com), com os seguintes dados:

- | | |
|----------------------------------|---|
| 1. Nome: | 7. Titulação máxima (graduação, especialização, mestrado ou doutorado): |
| 2. CPF: | 8. Instituição/Escola ou IES a qual está vinculado: |
| 3. Endereço: | 9. Informe a categoria na qual irá se inscrever |
| 4. Telefone: | a) Participante |
| 5. E-mail: | b) Participante com apresentação de trabalho |
| 6. Graduação (ou graduando) em:3 | |



Projeto para índios e comunidades tradicionais seleciona instituição até o dia 3
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.09.2014

O processo de seleção da agência executora nacional, que irá gerir o projeto Mecanismo de Doação Dedicada para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Brasil (DGM-Brasil), ganhou novo prazo. As instituições interessadas podem enviar as propostas até 3 de outubro para o e-mail brasildgm@gmail.com. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é parceiro do Banco Mundial nesta iniciativa, juntamente com a Fundação Nacional do Índio (Funai). A instituição selecionada atuará como secretariado do Comitê Gestor do Projeto.

O DGM-Brasil, desenvolvido pelo Programa de Investimentos Florestais (FIP), tem como objetivo financiar ações visando reduzir os processos de desmatamento e degradação florestal em países tropicais. O projeto está sendo estabelecido para apoiar a participação dos povos indígenas e comunidades locais no desenvolvimento das estratégias de investimento, programas e projetos do FIP, além de promover modos de vida sustentáveis e adaptativos.

Critérios – A proposta da instituição interessada deve conter descrição das atividades já realizadas, apresentação da metodologia de trabalho e a lista e currículos de profissionais por área de especialização. A comissão de avaliação analisará as propostas recebidas dentro do prazo com base na adequação aos termos de referência.

A instituição que tiver maior pontuação, entre os critérios de experiência, metodologia de trabalho, qualificações e competências da equipe, será convidada para as negociações e apresentação de proposta financeira. O Banco Mundial assinará um acordo de doação com a instituição selecionada. (Fonte: MMA)

Indígenas Gamela lutam por reconhecimento étnico e territorial
SÍTIO ADITAL, 29.09.2014



Oficialmente, os indígenas Gamela, do Estado do Maranhão, são considerados extintos. No entanto, a verdade é que os membros dessa etnia esconderam suas raízes e a verdadeira origem para conseguirem sobreviver ao preconceito, aos massacres e ataques iniciados na década de 1970. Em 2013, os Gamela, das comunidades de Taquaritiua e Centro do Antero, no Município de Viana, decidiram retomar a luta pelo reconhecimento de sua identidade enquanto povo indígena e, ao mesmo tempo, reivindicar a posse de suas terras, entregues pelo Império português.

No último dia 02 de agosto deste ano, os indígenas realizaram uma Assembleia de Autodeclaração de Pertencimento ao Povo Gamela e reafirmaram sua disposição para lutar em busca do reconhecimento étnico e territorial. O caminho será longo, mas os indígenas se reconhecem como tal e não aceitam outras denominações.

Texto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Maranhão aponta que a Assembleia de Autodeclaração, realizada pelas comunidades Taquaratiua e Centro do Antero, "se insere na grande marcha do ressurgimento das identidades historicamente negadas e, mais do que isso, esmagadas pelo Estado brasileiro".

Nesse contexto, é papel do Estado cumprir o que dita a Constituição Federal, especialmente em seu artigo 231: São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. E nos incisos 1º e 2º, que versam sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, garantindo sua posse permanente.

CONT.



A luta para recompor seu território talvez seja a mais dura batalha que os Gamela tem pela frente. Desde que receberam as terras do Império português, elas vêm sendo espoliadas. Dos mais de 10 mil hectares iniciais, a população tem hoje apenas 552. Alguns caminhos foram oferecidos para a resolução do conflito fundiário, como a reforma agrária tradicional, o programa de crédito fundiário e a regulação fundiária como quilombo, mas todas as opções são rejeitadas, pois apenas um caminho é aceitável: a demarcação.

Os idosos da comunidade de Taquaritiua contam que, a partir da década de 1970, teve início o loteamento e o registro cartorial das terras comuns de uso da comunidade em nome de particulares. Nesse período, era comum grileiros contratarem os serviços de policiais e pistoleiros para se apossarem das terras.

O conflito, que perdurou por anos, trouxe como consequência, além da perda quase total das terras, uma fragmentação das relações entre as comunidades espalhadas dentro do território. Algumas comunidades, hoje, se autodefinem como quilombolas e outras se transformaram em assentamentos da reforma agrária. Antigamente, já havia a divisão entre os indígenas "domesticados", que viviam próximos das cidades e os "não domesticados", que ficavam na mata fechada. No entanto, existia o costume de se fazerem visitas e manterem os vínculos entre as comunidades.

Diferente do que aconteceu há alguns anos, a estratégia de sobrevivência não é mais calar, mas sim se mostrar-se para o mundo e lutar pelo direito a existir como povo indígena. "Era como se uma pedra grande estivesse em cima da plantinha. Essa pedra foi tirada e estamos aqui para contar e celebrar a nossa história", afirma Cal Gamela, em depoimento ao Cimi e à CPT do Maranhão.

Doze índios são diagnosticados com suspeitas de chikungunya no Amapá

SÍTIO G1 29.09.2014

Número é do Distrito Sanitário Especial Indígena; todos são de Oiapoque. Município enfrenta emergência após registros de 158 casos suspeitos.



Índios foram diagnosticados na sede de Oiapoque, no Amapá
(Foto: Abinoan Santiago/G1)

Ao menos doze índios foram diagnosticados com sintomas do vírus chikungunya em Oiapoque, a 590 quilômetros de Macapá. O número foi confirmado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) no Amapá. Os pacientes com a suspeita da doença realizaram exames e o resultado tem previsão para sair até sexta-feira (3), segundo a diretora do distrito Nilma Pureza.

Todos os casos suspeitos foram identificados na sede de Oiapoque, no extremo Norte do Amapá. Eles apresentaram sintomas semelhantes ao do vírus chikungunya quando foram atendidos nas unidades de saúde.

O diagnóstico de casos suspeitos em indígenas amapaenses preocupa o Distrito Sanitário Especial Indígena por causa da população indígena no município. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 5.569 índios em Oiapoque, correspondendo a 27,5% da população.

O município oiapoquense decretou emergência em 25 setembro após registrar quatro casos confirmados de pessoas infectadas em território amapaense e mais 158 suspeitas de chikungunya até o último balanço, divulgado no sábado (27).

Para a diretora do Dsei, o aparecimento da nova doença em aldeias indígenas de Oiapoque pode ser reflexo do costume dos índios em transitar entre as comunidades rurais e urbanas.

CONT.



“Os índios de Oiapoque são muito urbanos. Alguns tem dupla residência, tanto na sede do município amapaense quanto em Saint-Georges, na Guiana Francesa. Isso é muito perigoso para saúde das aldeias. Esse trânsito deles entre as aldeias preocupa a gente”, avaliou Nilma Pureza.

Os doze registros de casos suspeitos fez com que o Distrito Sanitário Especial Indígena e a Coordenadoria de Vigilância em Saúde traçassem uma estratégia de bloqueio no controle sanitário de indígenas entre Oiapoque e as aldeias. As instituições também trabalham com capacitação dos agentes de saúde e realização do serviço de entomologia, que busca identificar nas aldeias o aparecimento de larvas do mosquito *Aedes aegypt*, transmissor da doença.

“Além da entomologia, estamos capacitando nossos agentes de saúde indígena em relação ao chikungunya para trabalhar a prevenção nas escolas e aldeias”, afirmou a diretora do Dsei Nilma Pureza.

Registros

A chegada do vírus ao Amapá foi anunciada pela Coordenadoria de Vigilância em Saúde (CVS) em junho de 2014. Em agosto, o estado registrou dois casos importados da doença, contraídos em Guadalupe e na Guiana Francesa, país que faz fronteira com Oiapoque.

A doença

O vírus chikungunya foi identificado pela primeira vez entre 1952 e 1953, durante uma epidemia na Tanzânia. Mas casos parecidos com essa infecção – com febre e dores nas articulações – já haviam sido relatados em 1770. O agente transmissor é o mosquito *Aedes aegypti*, mesmo causador da dengue, e *aedes albopictus*.

Quais são os sintomas?

Entre quatro e oito dias após a picada do mosquito infectado, o paciente apresenta febre repentina acompanhada de dores nas articulações. Outros sintomas, como dor de cabeça, dor muscular, náusea e manchas avermelhadas na pele, fazem com que o quadro seja parecido com o da dengue. A principal diferença são as intensas dores articulares.

Tem tratamento?

Não há um tratamento capaz de curar a infecção, nem vacinas voltadas para preveni-la. O tratamento é paliativo, com uso de antipiréticos e analgésicos para aliviar os sintomas. Se as dores articulares permanecerem por muito tempo e forem dolorosas demais, uma opção terapêutica é o uso de corticoides.

Indígenas do AM saem de aldeia para disputar o BR de Arco e Flecha no Rio
SÍTIO GLOBO ESPORTE, 29.09.2014

Nelson Moraes, de 14 anos, Josiel Paulino, 18, e Gustavo Santos, de 17, se qualificam na 8ª edição do Amazonense da modalidade, disputado neste fim de semana



Nelson, Josiel e Gustavo são os índios que representarão o Amazonas no Brasileiro de Arco e Flecha (Foto: Adeilson Albuquerque)

Um sonho que se tornou realidade após dois anos de trabalho. Três de oito indígenas estão qualificados para representar o Amazonas no 7ª Campeonato Brasileiro de Tiro com Arco, que será realizado no período de 9 a 12 de outubro, em Maricá, no Rio de Janeiro. O feito se deu neste fim de semana, após a 8ª edição do Campeonato Amazonense da modalidade, na comunidade Três Unidos, na Zona Rural de Manaus.

Nelson Silva de Moraes, de 14 anos, Josiel da Silva Paulino, 18, e Gustavo Paulino Santos, de 17 anos, são os responsáveis pelo feito das etnias Cambeba, Baré e Karapanã, respectivamente. O primeiro habilitou-se no arco recurvo, na categoria infantil, o segundo no arco composto, na categoria juvenil, e o terceiro no arco recurvo, também, na categoria juvenil.

Este fato inédito, até o início do ano, era inimaginável para os nativos amazônidas mesmo com o contato com o arco e a flecha desde os primeiros anos de vida. Disputar uma competição em âmbito nacional, nunca passou pela cabeça de nenhum deles, que ainda se mostram perdidos no contexto desta nova realidade.

- Eu já praticava desde cedo, mas não dava bola. É o que eu gosto de fazer, né? Estou feliz pelo apoio que recebemos. É fazer bonito, lá (Rio de Janeiro). Estou ansioso - ilustrou Nelson de Moraes, conhecido como 'Inha', que na língua Cambeba significa coração.

CONT.



Nelson Silva de Moraes entre os demais indígenas participantes da 8ª edição do Amazonense da modalidade (Foto: Adeilson Albuquerque)

A diferença dos atletas indígenas já pode-se sentir por meio das vestes. Quando os visitantes desembarcam na aldeia, no entanto, o cenário muda. A tradicional tanga, que antes era usada por eles, é substituída pelo short e bermuda propícios aos que irão competir.

Josiel Paulino, chamado nativamente de 'Ilseen', que na etnia Baré significa água doce, timidamente, descreve ao GloboEsporte.com a sensação de disputar um Brasileiro.

- Vai ser muito bom. Queremos trazer o ouro para cá. Estamos com muito apoio, trabalhando forte para viajarmos e conseguirmos bons números - disse o garoto, que ganhou apoio moral da treinadora chefe da equipe de Arqueria Indígena do Amazonas para a Rio 2016, Márcia Lot, de 55 anos.

A dirigente contou que o projeto Arqueria Indígena do Amazonas é uma iniciativa para a formação de atletas de alto rendimento que contribuirão no fortalecimento da equipe brasileira de Tiro com Arco para competições locais, nacionais e mundiais, que vai além das Olimpíadas Rio-2016, e que pretende colaborar para a valorização da cultura indígena na sociedade brasileira.

- Queremos resgatar a autoestima dos povos indígenas da Amazônia. O Projeto começou no dia 8 de setembro de 2012 com o superintendente da Fundação Amazonas Sustentável, Virgílio Viana. A ideia é colocar arqueiros indígenas na competição de alto rendimento. Então, a pergunta era: porquê nós, brasileiros, não somos campeões de tiro com arcos, que é o nome olímpico da modalidade. Verificamos que ninguém tinha convidado indígenas para fazer um treinamento intensivo, treinamento de alto rendimento. Então, fui convidada de São Paulo para caçar talentos aqui no Amazonas, porque era preciso buscar nas aldeias talentos. Porque não é só a mira, a pontaria. A criança tem que ter a índole, o caráter, força, e um temperamento equilibrado. Porque você tira a criança da floresta para



Márcia Lot e Virgílio Viana se mostraram felizes pelos frutos do projeto (Foto: Adeilson Albuquerque)

colocá-la em um ambiente totalmente diferente. Com isso, tive que viajar pelo Amazonas, por um ano, onde passei por mais de 30 etnias indígenas, conheci mais de 300 indígenas, de várias etnias, e fui selecionando para realizarem seletivas com arco nativo, nas aldeias. E encontramos 8, dos quais, estes três talentosos - apontou Márcia Lot.

Ela explica ainda que os três novos talentos já têm todo aparato físico e estrutural para seguirem em diante com o esporte, em Manaus.



Amazonense de Arco e Flecha foi disputa em uma aldeia da etnia Cambeba Foto: Adeilson Albuquerque)

CONT.
- Em Janeiro deste ano, nós fizemos a mudança de 8 arqueiros para Manaus. Foram oito das etnias Cambeba, Carapana e da etnia Baré. Oito selecionados que mudaram de vida, da aldeia para Manaus. Lá eles têm moradia, alimentação, transporte na Vila Olímpica de Manaus. Ganharam um técnico, ganharam bolsa de estudo no La Salle e iniciaram o treinamento. Em janeiro aconteceu a mudança deles para o Cetara, que é o Centro de Rendimento, em Manaus, onde eles estão vivendo a cidade de Manaus, eles sentem saudade da aldeia. Porém, estão se adaptando a esta nova realidade – citou.

O mentor do projeto, Virgílio Viana, detalhou a finalidade do plano em resgatar a autoestima das populações indígenas, "que historicamente foram vítimas de uma série de abusos das populações europeias".

- Este protejo surgiu a partir de uma inquietude maior, que é o fato de ver as populações indígenas da Amazônia com altíssimo nível de desesperança, de crise existencial, alto nível de suicídio dos jovens indígenas e que tem muitas abordagens e soluções. Mas um dos pontos principais do projeto é resgatar a autoestima das populações indígenas que historicamente foram vítimas de uma série de abusos das populações europeias. Agora, o desafio é ar aos jovens um outro sentimento de altivez e de autoconfiança - frisou.

8ª etapa do Amazonense de Tiro com Arco

Ao longo do ano existem 10 etapas do Campeonato Amazonense de Tiro com Arco. Estas etapas agregam pontuação para os arqueiros chegarem ao Campeonato Brasileiro da modalidade, como aconteceu com os três indígenas anteriores.

E, neste domingo, na aldeia dos Cambebas aconteceu a 8ª etapa do Amazonense com vários indígenas. Mais de 80 pessoas foram mobilizadas para a realização desta etapa. Em dois (sábado e domingo) participaram 25



Amazonense de Arco e Flecha reuniu nativos de todas as idades, neste fim de semana (Foto: Adeilson Albuquerque)

atletas em todas as categorias, em todas as divisões, e em todos os arcos. Por conta da pontuação obtidas nesta disputa, Nelson Josiel e Gustavo foram os que demonstraram capacidade de representar o Amazonas no Campeonato Brasileiro, em outubro.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2014

Brasília, 29 de setembro de 2014.
